

COMISSÃO ESPECIAL

Resolução nº 995/2005

SEMINÁRIO REALIZADO EM 18 DE MAIO DE 2005.

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente da Comissão e Eliomar Coelho, Membro da Comissão.

Às dez horas, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão especial constituída pela Resolução nº 995/2005, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão, “COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Bom-dia. Agradeço a presença de todos.

Dou por aberto o Seminário da Comissão Especial para a Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, constituída pela Resolução nº995/2005, solicitado através do Requerimento nº 278, do corrente ano, hoje com o Painel “Experiências de outros municípios na aprovação e revisão de Planos Diretores”.

Convido os Srs. Vereadores presentes para que integrem a Mesa dos trabalhos e solicito ao Cerimonial que conduza à Mesa de Honra os convidados palestrantes.

(O Cerimonial conduz os convidados palestrantes ao recinto da Mesa)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – A Mesa esta assim constituída: Sr. Alexandre Pedrozo, arquiteto do Observatório de Políticas Públicas do Paraná, representante de Curitiba; Sra. Rosani Cunha, promotora de Meio Ambiente do Ministério Público, representando o Ministério Público; e Sr. Nabil Bonduki, arquiteto e professor da Universidade de São Paulo (USP), representando São Paulo.

Ocorreu ontem o lançamento de um filme produzido pelo Ministério das Cidades, a respeito de uma campanha para os planos diretores participativos.

Nós vamos, antes de iniciar os nossos trabalhos, fazer a apresentação desse filme. Posteriormente, então, ouviremos os nossos palestrantes.

Por favor, a apresentação.

(O filme é apresentado)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vamos dar prosseguimento convidando a Vereadora Aspásia Camargo para integrar a Mesa dos trabalhos.

Indago ao Vereador Dr. Adilson Soares se quer fazer uso da palavra.

O SR. VEREADOR DR. ADILSON SOARES – Dou parabéns a vocês por estarem aqui para discutirmos o Plano Diretor da Cidade.

Mais uma vez estamos felizes e contando com o apoio de vocês que trazem para nós tudo o que precisa ser colocado e discutido para o Plano Diretor.

É isso que eu tenho para falar e desejo que, realmente, possamos colaborar muito para que esse Plano seja uma benção para cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereadora Aspásia Camargo, quer fazer uso da palavra?

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – É sempre muito alentador estar aqui, mais uma vez, para debater o nosso Plano Diretor e hoje eu acho que vai ser um dia realmente privilegiado, porque vamos poder ouvir representantes e pessoas que têm uma contribuição muito grande a dar no desenvolvimento do Plano Diretor de outras cidades, inclusive algumas como Curitiba, que eu acho que merecem todo o nosso respeito e as nossas homenagens, porque é uma cidade que está, há quase 40 anos, fazendo o seu Plano Estratégico, os seus Planos Diretores, e isso se traduz numa enorme mudança de qualidade na estrutura da cidade, na qualidade de vida da sua população.

Então, estamos aqui também para aprender. Eu acho que o Rio tem experiências muito interessantes, importantes que desenvolveu ao longo do tempo, mas o importante agora é saber o que essas experiências podem trazer de útil para nós. Inclusive estive, esta semana, num Congresso Internacional sobre Metrópoles, com a participação de cidades de mais de um milhão de habitantes, e lá houve a oportunidade de ver que Londres está fazendo a revisão do seu Plano Diretor, Paris está fazendo também a revisão dos seus Planos Diretores e do seu Plano Regional. Então, o mundo inteiro trabalha, hoje, nesse paradigma, o do planejamento urbano e de um planejamento muito dinâmico que incorpore tecnologias, que torne a cidade ponto atrativo de desenvolvimento econômico. Experiências de equidade social e de integração social não são privilégios de países mais pobres ou de países em desenvolvimento.

Os países desenvolvidos também estão sofrendo gravemente problemas sociais nas suas periferias. A própria Cidade de Berlim é hoje o maior canteiro de obras do mundo – um terço da cidade foi remodelado –, mesmo assim tem problemas gravíssimos

na sua periferia e desenvolvendo projetos também que são cada vez mais inovadores.

E o que é interessante é que existe, hoje, uma rede que permite que alguma coisa muito boa que se faça em alguma cidade repercuta sobre todas as outras. Então, por exemplo, houve um prêmio especial para Brasília, para o projeto de reconversão da cidade-satélite de Samambaia, que era uma área totalmente degradada e ocupada irregularmente, e que se converteu num bairro modelo da periferia de Brasília.

São formas de equalizar um pouco as experiências e de transmitir as melhores práticas para todas as cidades do mundo. Então, o que nós gostaríamos de conhecer aqui, hoje, são as experiências exitosas, por exemplo, no caso de São Paulo mesmo, que é a cidade mais complicada do mundo, porque é uma cidade que já tem 15 milhões de habitantes na sua Região Metropolitana. Então, como você resolve esses problemas estruturais? Agora, inclusive, a Região Metropolitana parece que está sendo, realmente, criada. E para nós aqui é muito importante. Eu acho que o Rio tem, talvez, uma dimensão menor do que São Paulo e algumas facilidades que poderiam ser muito sensíveis e passíveis de um aproveitamento.

Eu queria, também, cumprimentar a nossa Procuradora Rosani Cunha que está aqui e que vem em socorro da nossa cidade, prestigiando um Plano Diretor participativo e estimulando a todos nós a aprofundar essa experiência de planejamento urbano dentro de um novo modelo, que é esse: não só o da participação, mas também o da qualificação técnica, o do planejamento e da inserção dentro dessas discussões e dessas diretrizes de todas as experiências dos grupos que são tecnicamente qualificados, na cidade, para poder ajudar a resolver os problemas mais prementes: de transporte, os problemas sociais, os problemas estruturais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Estamos iniciando hoje o quarto bloco do nosso Seminário sobre a revisão do Plano Diretor. E esse quarto bloco será desdobrado em dois painéis. O primeiro no dia de hoje: Experiências de outros Municípios na Aprovação, Revisão dos Planos Diretores.

Estamos aguardando mais dois palestrantes que estão para chegar, porque estão vindo de outros estados, mas vamos dando início com a Dra. Rosani Cunha. Promotora do Meio Ambiente, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço a sua presença e cedo-lhe a palavra que disporá de 30 minutos.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANI CUNHA – Bom-dia a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente, e digo que não é propriamente uma palestra que vim fazer mas, sim, para contribuir nessa dis-

cussão sobre o Plano Diretor e esclarecer o motivo pelo qual o Ministério Público está participando.

Vocês poderiam me perguntar por que o Ministério Público está intervindo e acompanhando toda essa discussão?

Inicialmente, porque a Constituição Federal atribuiu ao Ministério Público a missão de defesa do Meio Ambiente. E o que tem o meio ambiente com a discussão do Plano Diretor?

Tem tudo a ver, porque quando nós falamos no meio ambiente, hoje, não é tão somente o meio ambiente natural, flora, fauna, mas, principalmente, o meio ambiente artificial, o meio ambiente urbano. Então, planejamento urbano e defesa de qualidade ambiental estão interligados, estão umbilicalmente, ligados e o Ministério Público observando a sua missão, recebeu representação, uma denúncia por parte de várias associações que acompanham a revisão do Plano Diretor e de que se existe um projeto, realmente, de revisão tramitando na Câmara Municipal, ele contém algumas falhas, como por exemplo, não observou o Art. 42 do Estatuto da Cidade, que determina um conteúdo mínimo e não observou a participação popular, dentre outras irregularidades.

Então nós instalamos o inquérito civil. O que é o inquérito civil? É um procedimento administrativo, sem cunho judicial; não existe réu, é apenas uma investigação. E, nós demos início a essa investigação para saber se aquelas informações, aquelas denúncias por parte das associações procediam e vislumbramos, realmente, que a participação popular foi tolhida nesse processo Legislativo. A participação popular, ela se deve por conta de determinação do próprio Estatuto da Cidade que diz, lá no “Art. 40, § 1º, que no processo de elaboração do Plano Diretor e fiscalização de sua implementação, os poderes Legislativo e Executivo Municipais garantirão a promoção de Audiências Públicas e debates com a participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade”.

Então, essa participação popular, ela decorre do princípio do direito à informação, do direito à cidadania, do exercício da cidadania e da própria dignidade humana porque para planejar uma cidade, precisamos saber para onde ela vai crescer, o que vai acontecer com a nossa qualidade de vida. Isso é observar o princípio da dignidade humana. E mais, não podemos, também, esquecer que vivemos num regime democrático participativo, e, estamos falando, aqui, da Casa do povo, e eu parabeno o Poder Legislativo Municipal justamente, por esta iniciativa, por abrir as portas para a discussão.

Temos colhido algumas informações no curso dessa investigação para evitar uma discussão judicial. Nós fizemos uma recomendação, há uns meses atrás, à Câmara Municipal e ao Poder Executivo. A recomendação é um instrumento que o Ministério Público tem que é como se fosse um aviso, ou seja, por tais e tais motivos, nós recomendamos, para que se evite uma ação judicial, que a Câmara devolvesse o projeto para o Poder Executivo

Municipal para adaptá-lo às normas previstas no Estatuto da Cidade, para, então, abrir a discussão junto com a população.

Essa recomendação foi encaminhada à Presidência da Câmara e, repito, ao Prefeito da Cidade. Isso gerou, me parece, essa iniciativa de se abrir toda essa discussão. Muito bem. E por que nós fizemos isso? Porque constatando todas essas irregularidades no processo legislativo, isso pode resultar numa ação. E quem sai prejudicado numa discussão, da sua constitucionalidade ou não; e se for inconstitucional, e a lei vier a ser aprovada é a população, a cidade acaba perdendo e perdendo muito, porque vamos ficar sem um Plano Diretor, caso o Poder Judiciário entenda que, realmente, há uma ilegalidade e por esse motivo ele venha a suspender a sua vigência. E isso pode se eternizar.

Então, é muito salutar, é democrático e, observando aí, até por uma questão de cautela, que o Executivo participe dessas reuniões, que o Legislativo continue dando seqüência a essas Audiências Públicas para que nós possamos, sim, ter uma lei, uma lei democrática e uma lei que venha gerir a cidade com toda a sua qualidade ambiental.

Então, a minha missão aqui é justamente essa, é noticiar que o Ministério Público está acompanhando e cumprindo, inclusive, a sua missão institucional. Então, eu sou Promotora de Justiça, Titular da 2ª Promotoria de Meio Ambiente, aqui, da Capital; o meu endereço é Av. Nilo Peçanha, 26, 4º andar, meu telefone é o 2240-2108 ou 2240-2064. Qualquer informação ou acesso a esse procedimento, por favor procurem-me, para nos municiar. Nós estamos aqui representando o Ministério Público e representamos os interesses da Sociedade.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradecendo a Dra. Rosani Cunha pelos esclarecimentos prestados, eu gostaria de fazer uma indagação, Dra. eventual vício de constitucionalidade, essa iniciativa, na opinião de S. Exa. fica apenas restrita à ação do Executivo, ou pode ser sanada através de ações do Legislativo?

A SRA. ROSANI CUNHA – Bem, algumas medidas previstas no próprio Estatuto da Cidade, elas só podem ser adotadas pelo próprio Executivo, aquele conteúdo mínimo previsto no Estatuto. Então, uma eventual ação, discutindo o vício numa lei que venha a ser aprovada, ela vai atacar a lei em si; não está atacando ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, mas a lei como um todo. Então, o vício que se alega. Agora, se esse vício pode ser suprido... Tem algumas iniciativas que são privativas do Poder Executivo, ou seja, aí, sim, poderia se entrar também, mesmo que não haja essa aprovação, mas existe a figura da inconstitu-

cionalidade por omissão. Então, quando há a omissão no seu dever de agir, isso também poderia ser questionado judicialmente. Respondi, esclareci, ou...?

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Esclareceu. Agradeço mais uma vez.

Está presente o Dr. Alexandre Pedrozo, Arquiteto do Observatório de Políticas Públicas do Paraná, já integrando a nossa Mesa a quem eu quero ceder a palavra. Cedo-lhe a palavra e agradeço pela presença. Eu entendo, inclusive, as dificuldades do trânsito, aqui, do Rio de Janeiro, mas seja como for, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o povo da Cidade do Rio de Janeiro lhe é muito grato por sua solicitude para estar aqui nos homenageando e prestando essa deferência com o seu saber, a respeito de Planos Diretores.

Com a palavra, sua senhoria, que disporá de 30 minutos, ou mais, se necessário.

O SR. ALEXANDRE PEDROZO – Bom-dia a todos. Peço desculpas pelo atraso mas vim junto com a passeata, por isso a demora. Tinha preparado uma apresentação, mas houve uma falha de comunicação para apresentar esse “data show”, então vou fazer uma costura do que foi pedido. A idéia era trabalhar um pouco a metodologia e o processo do Plano Diretor em Curitiba para compreender o que aconteceu lá e trazer para vocês algumas provocações, também, já que se está nesse processo de construção dos Planos no país.

Faço parte do Observatório de Políticas Públicas no Paraná. Temos uma discussão sobre o Plano e então estou trazendo um pouco dessa experiência para vocês. Vou tentar ser o mais breve possível para abrir para a troca de conhecimentos.

Curitiba tem uma população de cerca de um milhão e meio de habitantes, situada numa Região Metropolitana, 25 municípios e então dá um caráter especial para Planos em cidades de Regiões Metropolitanas. Tem uma outra conotação, uma outra responsabilidade também, em se tratando de espaço que extrapola a administração de um município. E fazendo um resgate da história, temos uma série de códigos de obras de 1.800, desde a emancipação do Paraná. Mas o que tem marco de referência para o Plano de Curitiba é o Plano de 43, que foi elaborado pelo Agache que circulou também pelo Rio de Janeiro, passando por São Paulo. Logo em seguida, em 1966, o Plano contratado por uma empresa de São Paulo, no qual fazia parte Jorge Wilhein, e sua equipe, que foi o Plano aprovado em 1966. Esse Plano de 1966 é o plano vigente em Curitiba até hoje. Passamos por um processo de costura, recortes e retalhos de Leis de Zoneamento, mas o Plano vigente, o instrumento legal que orienta o crescimento e a produção do espaço de Curitiba é o Plano de 1966.

Contando um pouquinho do processo de 1966 para cá, o que teve foi uma revisão desse Plano e em 1975 houve uma nova Lei de Zoneamento. Isso é bem importante destacar porque existe uma confusão muito grande no país entre Plano Diretor e Leis de Uso do Solo. Tanto empresas, quanto órgãos públicos reduzem o Plano Diretor a uma Lei de Uso do Solo. A importância de se debater Política Pública de desenvolvimento do município é traduzida onde mais importa discutir interesse ou puxar para o seu lado, que é a Lei do Uso do Solo – a lei que garante renda fundiária, riqueza para uns. Tira-se de alguns, mexendo com uma espécie de loteria imobiliária, mas com ganhadores certos.

Teve essa Lei de 1975, que foi, por decretos municipais, alterada constantemente. Uma pena que não possa mostrar um pouco essa colcha de retalhos do zoneamento que se tornou a Lei Municipal de Uso do Solo. Mas ela culmina, em 2000, com uma nova alteração da Lei de Zoneamento; junto com a Lei de Zoneamento, tinha uma série de instrumentos que Curitiba estava usando desde 1991 – Solo Criado, Transferência de Potencial, uma série de instrumentos que estão, agora, regulamentados pelo Estatuto. Essa alteração foi muito questionada, porque foi uma alteração de Lei de Zoneamento mas foi chamada, na época, de alteração do Plano Diretor. O grupo responsável, na Prefeitura, voltou atrás no discurso e assumiu que era uma mudança de zoneamento. Isso no ano de 2000.

Em 2001, houve a aprovação do Estatuto. E, em Curitiba, novamente começou-se a disseminar o discurso de que não se precisava de alteração nenhuma, porque já havia uma série de instrumentos que o Estatuto da Cidade regulamentava. Então, não precisava de nenhuma grande alteração, era uma simples questão de nomenclatura. Isso foi em 2002, a gente puxou um debate sobre reforma urbana, Estatuto, lá em Curitiba. E o pessoal do Instituto de Planejamento disse que o Estatuto, para Curitiba, era uma questão de alteração de nomenclaturas. Um exemplo: a gente tem um relatório ambiental prévio, exigido para edificações, e, agora, a gente ia chamar de Estudo de Impacto de Vizinhança, porque era esse o nome que o Estatuto trazia.

Bom, foi aberta a discussão no corpo interno da Prefeitura. E a cúpula da administração foi convencida de que não: “Olha, não é só mudar nome. Ai, tem uma diferença, tem um ressignificado da questão do planejamento, da função social e da gestão democrática. A gente tem que trabalhar isso.” Bom, então vamos – isso, em 2002 – readequar o Plano de Curitiba. Como foi essa readequação? Constituiu-se um grupo interno de trabalho, um grupo intersecretarias, interdepartamentos. Cada um com um foco específico de como a gente poderia recortar o Estatuto, a questão da gestão democrática, política habitacional, instrumentos de política urbana. Esse grupo apresentou documentos, e com ele foi constituído um Conselho. Eu queria abrir um parêntese, porque,

como o convite foi para discutir método de elaboração, eu queria fazer a distinção entre método de interpretação e método de trabalho. São duas coisas diferentes. Primeiro, porque método de interpretação é como você entende, como compreende a realidade, então, é tua matriz teórica, é como você compreende o mundo. E método de trabalho é um instrumental, são as técnicas que serão usadas para se fazer esse Plano. E um alimenta o outro. Então, claro que depende de como você vê o mundo, como você vê o mundo urbano, a produção do espaço, como você compreende, para, depois, pensar as técnicas de planejamento. E, pelo menos eu compreendo isso, em Curitiba tem-se um entendimento muito limitado, nesses anos todos, do que é fazer planejamento, porque reduzia a atividade de planejamento como atividade técnica. Este é um discurso muito comum: de que fazer planejamento é atividade técnica, de que não existe componente político aí. Mas, quando você trata de produção de espaço, de aumentar ou diminuir parâmetros, de expandir a cidade, de trabalhar política tributária ou desenvolvimento urbano, você mexe com riqueza, mexe com interesse. Então, deixa de ser técnico e tem um componente de conflito. O planejamento, pelo menos no meu entender, é um processo onde vão se explicitar conflitos. Então, existe uma diferença no modo como se planejou Curitiba nos últimos anos.

Esse grupo atuou junto com o Conselho criado um Conselho consultivo do Instituto de Planejamento. Esse Conselho contou com Universidades, com Câmara Municipal, sociedade civil organizada, entre outras o que foi considerado sociedade civil organizada para o debate foi Sinduscon, Ademe, todos os segmentos da sociedade que têm interesse direto na produção da cidade ou na produção da riqueza da cidade, e até na retenção do tempo dessa produção do espaço. Então, ocorreu um limite de compreensão do que é sociedade civil, mas foi pelo olhar de quem pensou esse Conselho. Então, não vou entrar em detalhes. Esse Conselho, junto ao grupo de trabalho, ficou responsável... Olha, é muita informação, eu vou dizendo e, depois, a gente pode retornar, resgatar, vou tentar ir subindo no tempo, gradativamente, até chegar a 2004. Esse Conselho teve até 2003 para apresentar os documentos-base. Claro que esses documentos-base – essa foi uma decisão do Conselho – teriam que refletir as propostas de adequação do Estatuto da Cidade, do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto. E a conclusão a que se chegou é que o Plano de 1966 estava muito bom, que ele tinha, na essência, como a cidade deveria continuar sendo produzida, e não devia se mexer na essência. Como em 2000 houve uma grande alteração da Lei de Zoneamento, tampouco se precisava mexer muito no zoneamento. Então, a Lei que culmina em 2004 é uma “lei guarda-chuva”, que acaba contendo todos os instrumentos do Estatuto. Em tese, estão todos colocados ali: propõe-se um processo de gestão democrática, propõem-se instrumentos para que a cidade cumpra a

sua função social, mas estão todos em aberto para a legislação específica. Então, seja a regulamentação de um órgão colegiado, seja a definição do que cumpre ou não função social da cidade, tudo ficou para a legislação específica. E foi aprovado, numa correria, em 2004.

Bom. Porque, se a gente pegar a essência do Estatuto, a essência do debate de reforma urbana no país, como a gestão democrática da cidade e o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, a gente vai começar a dissecar um pouquinho o Plano de Curitiba, a lei aprovada. Não é uma lei de Plano Diretor, é uma lei de adequação do Plano de “66” aos instrumentos do Estatuto colocados.

Na verdade, há um conjunto de normas e leis a serem detalhadas, e, como foi no final da gestão passada, ainda está em aberto qual vai ser o processo implementado.

Eu quero destacar duas coisas. Eu posso entrar um pouco nos detalhes, mas é para contar um pouquinho do processo. Primeiro, como forma de elaboração desse projeto de lei, foi decidido que deveriam ser feitas Audiências Públicas. Aí, também tem uma compreensão do que é promover a participação numa construção de Plano. Fazer Audiência Pública, colocar uma série de projeções e mapas coloridos e perguntar se você concorda ou não, não é fazer construção coletiva, é fazer uma exposição ao público de uma idéia sua, a menos que você abra para discussão. Bom, foi aberto para discussão, era só mandar perguntas por e-mail para a Prefeitura. Um processo extremamente limitado. Eu não queria entrar muito nos detalhes do que é fazer participação, até porque o Rio de Janeiro tem mais experiências em tecnologia social, em exercício de participação e cidadania do que Curitiba. Então das formas e métodos de se construir um Plano de forma participativa a gente tem exemplos de sobra, assim como de técnicas de leitura coletiva, de produção de mapas mentais e de tentar explicitar os conflitos e trabalhar os conflitos. Porque, também, não adianta só fazer participação, explicitar o conflito e fazer reunião com cadeirada, não é? A gente tem que trabalhar esses conflitos e colocar um pacto no papel, também, no meio do processo. Colocar um marco do acordo.

Então, do ponto de vista de gestão democrática, a gente teve um processo muito limitado, para ser bem simples na análise. Do ponto de vista da função social da cidade, a gente tem muito que fazer. Como a gente fez o processo inverso em Curitiba: a gente aprovou uma lei de adequação do Estatuto, que incorpora a Lei feita em Zoneamento em 2000, ou seja, a gente fez um macrozoneamento da cidade. Esse macrozoneamento foi adaptado ao que se propôs no zoneamento mais detalhado. Então, é um processo inverso. E na hora de se definir onde você mexe com os interesses, mesmos... Eu vou dar um exemplo só sobre os coeficientes de aproveitamento da cidade, dos imóveis e tal. O que é terreno subutilizado? Uma das partes essenciais do Estatuto é tentar ob-

jetivar o que é função social da cidade, porque o texto aceita muita coisa. Então, quando se chega às diretrizes gerais de qualquer Plano, cidade sustentável, gestão democrática, a Política Pública, o direito à moradia, isso é um texto aceito, todo mundo aceita. Ninguém vai questionar isso, que é colocado no papel. Agora, quando se coloca que propriedade cumpre e que propriedade não cumpre, você sabe quem você está atingindo. Darei um exemplo de Curitiba: se você tem um coeficiente de aproveitamento para um terreno, e esse terreno não atinge 5% desse coeficiente de aproveitamento do que se poderia construir nessa área, ele é subutilizado. Então, você pode iniciar o processo de notificação, a taxação progressiva de IPTU, e tudo o mais. Toda aquela seqüência de instrumentos que o Estatuto regulamenta.

Bom, isso está colocado de maneira geral, mas há exceções. Se a atividade econômica não precisa de tanta área construída assim, pode ser uma exceção. Isso vai para a lei específica, ou seja, se criou um apontamento muito objetivo do que cumpre função, mas você cria exceções com leis específicas. Então, é um detalhe. Outro exemplo são as áreas de interesse ambiental. Todos os Planos de Curitiba tiveram um grande foco na questão ambiental, nos anéis de conservação: áreas de interesse de preservação que têm um bosque relevante são exceções para a taxação progressiva. Quem garante que esse bosque continuará bosque? Que não vai ser empreendimento no futuro? São detalhes que vão todos para a lei específica. Então, está em aberto para uma nova construção. Outra questão importante que apareceu no Plano é a Conferência da Cidade, que foi colocada no Plano Diretor. Como parte da gestão democrática, há pontos positivos aí. Foi colocado, para 2005, que a gestão da cidade, vai ocorrer com base na Conferência da Cidade de 2005, e deve ocorrer de dois em dois anos. Ou seja, tem um processo estimulando que, de dois em dois anos, se rediscuta a cidade. Faz parte de uma decisão de Conselho desse órgão colegiado a estruturação dessa conferência: e, de novo, órgão colegiado, estatuto regendo esse órgão, vai para a lei específica. Uma outra questão que vou colocar são pontos da lei. A política municipal de habitação, de interesse social, é de responsabilidade da Companhia de Habitação. Ninguém discutiu se deve existir Companhia de Habitação em Curitiba ou não, porque a Companhia está com 60% de inadimplência, está com uma dívida do tamanho de três Companhias. Então, é todo um debate que deveria ser feito sobre cada uma das políticas, e que não foi feito, que está em aberto, ainda. Nas disposições transitórias e finais, a lei abre para os Planos detalhados, para os Planos que devem ser feitos. Então, dentro da Lei foi colocado três anos para que se aprovem os Planos setoriais, Planos de transporte, mobilidade, o Plano de habitação; todos esses Planos, que devem garantir – isso está colocado na Lei – a representação dos diferentes segmentos da sociedade, como o Estatuto coloca e como se espera de uma gestão democrática. De novo,

vai para a regulamentação específica, porque a gente teve um Conselho que se colocou como representante da sociedade – um limite muito claro, que mostra quem é sociedade para o Governo passado. Não sei como vai estar isso agora, porque é uma nova gestão. Nós estamos esperando. Estão construindo agora a questão da Conferência das Cidades, e se espera que se rediscuta; a gente tem um desafio muito grande agora, o de fazer um novo Plano Diretor, como uma construção coletiva realmente, com conflitos colocados, e tentar fazer esse pacto que é o Plano. Isso num novo cenário, numa nova situação, porque o Plano de 1966 foi feito para 800 mil habitantes, uma cidade pequena perto do que hoje é a cidade metropolitana de Curitiba, toda essa região e a troca com os municípios vizinhos. Então, são os desafios colocados. Eu teria muito mais material para colocar para vocês, mas posso deixar, também, alguns detalhes de instrumento, de como está colocada cada coisa dentro do Plano, e a gente pode abrir para o diálogo. Talvez essa seja a forma melhor para a gente trocar conhecimento, porque a apresentação ficou limitada.

Eu agradeço a presença de vocês, e a paciência.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradecendo ao Sr. Alexandre Pedrozo, registro a presença dos Exmos. Srs. Vereadores Eliomar Coelho, Relator desta Comissão, e do Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, André Passos, que já nos honra integrando a Mesa. Quero indagar de S. Exa. se deseja fazer uso da palavra.

O SR. VEREADOR ANDRÉ PASSOS – Agradeço o convite da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e quero me escusar, em meu nome e, se possível, em nome do Vereador Eliomar Coelho. Nós já identificamos aqui, na Avenida, em frente à Câmara Municipal, uma necessidade urgente de Plano de Mobilidade Urbana. Nós estamos, desde, de antes das 9h até o horário em que cheguei à Câmara, tentando chegar.

Quero, então, pedir desculpas e estendê-las, também, à primeira oradora, cuja palavra não pude acompanhar. Queria fazer uma saudação especial ao Alexandre, pois não fui até o final da Mesa cumprimentá-lo, por ele ter aceito o convite da Câmara; agradeço, também, à Câmara por ter aceito a indicação, porque fui eu que indiquei o nome do Alexandre, um dos mais importantes, sendo bairrista.

Guardem o nome do Alexandre, pois ele já é uma realidade na discussão avançada do Planejamento Urbano do nosso país. Inclusive, já convido a todos que queiram se aprofundar na discussão do Planejamento Urbano e do Plano Diretor para o Seminário Nacional, que vai acontecer na nossa cidade; depois, acho que o Alexandre fará a propaganda desse encontro, onde estará

um conjunto muito significativo de pensadores sobre a política urbana do nosso país.

Em Curitiba, gostaríamos de receber a todos vocês. Não podemos contar com o glamour e a beleza do Rio de Janeiro, mas tentaremos compensar isso com o calor humano dos curitibanos. Existe uma falsa idéia nas pessoas de que lá é frio, mas já mudou muito isso, e queremos receber todos vocês.

Eu gostaria de fazer algumas pequenas considerações, e até me desculpar pela segunda vez – eu sou muito caxias lá na Câmara de Vereadores, e o Alexandre sabe disso, e não confirmei minha presença, antes, neste Seminário porque as Sessões são às segundas, terças e quartas à tarde. Então, peguei o vôo ontem à noite, cheguei aqui e volto para Curitiba para bater ponto na Sessão da Câmara. Eu não falto às Sessões.

Quero, portanto, pedir desculpas ao Vereador Eliomar Coelho, porque farei só algumas intervenções. Mas o Alexandre poderá conversar sobre a nossa experiência.

Eu fui relator do Plano Diretor na Comissão de Legislação e Justiça, e acompanhei todo o debate na Comissão de Urbanismo. Eu trouxe o Plano Diretor e trouxe o meu voto na Comissão de Legislação e Justiça em algumas cópias, que vou deixar com o Presidente e com o Vereador Eliomar Coelho, apesar de ter deixado um conjunto de documentos um pouco mais detalhados com o Vereador Eliomar Coelho para que a experiência de Curitiba seja útil nos debates aqui.

Quero dizer que algumas das ponderações que fiz em meu voto na Comissão de Legislação e Justiça foram alteradas no Plenário da Câmara porque 32 Emendas foram aceitas na discussão do Plenário. Então, houve algumas alterações, inclusive sugeridas pelo voto. Mas quero dizer, primeiro, que, Alexandre já falou isso, mas quero reforçar, a Cidade de Curitiba tem a tradição de uma mistura político-técnica urbanística, tem a tradição, na cultura brasileira, disso, e seria muito ruim para a administração que tinha essa marca terminar sua gestão e não ter incorporado, pelo menos do ponto de vista de marcos regulatórios mínimos, não ter incorporado isso na legislação urbanística.

O que eu quero dizer com isso? Terminar a gestão Castro Tanigushi, ex-prefeito da nossa cidade e sócio do ex-prefeito Jaime Lerner – um arquiteto e outro engenheiro –, sem que esses marcos regulatórios, talvez da Lei mais revolucionária que temos do ponto de vista de planejamento urbano, incorporados na legislação do Município de Curitiba seria uma mácula no currículo desses dois urbanistas. Então, isso não seria possível, e, até derivado disso, acabei virando Relator, e houve um processo de negociação.

Então, esse é um ponto.

Estou dizendo isso com clareza para se entender um pouco o que foi esse processo. É preciso tomar um certo cuidado em relação à participação popular. No meu entendimento, se a gente

for olhar do ponto de vista de números e do processo como um todo, os números podem apontar que, houve, sim, participação popular, porque houve oito Audiências Regionais; houve explicações em determinados setores; houve publicações de universidades etc. etc. etc. Então, acho que, do ponto de vista formal, isso aconteceu. O que a gente tem que refletir aqui, na experiência do Rio de Janeiro, que acho que ter uma participação, uma tradição democrática maior do que Curitiba, é se a participação popular deve se limitar a participar de uma exposição; deve haver preparação para essa participação, tem que ter conhecimento. O que quero dizer com isso? O corpo técnico da nossa cidade, extremamente qualificado, em uma exposição de uma hora, uma hora e vinte, para um conjunto da população muitas vezes pode informar, é verdade! Mas pode até desestimular a participação, porque cria um abismo entre o conhecimento formal, técnico e o conhecimento do cotidiano das pessoas. Elas podem não entender muito bem o que é direito por opção, ou por ação consorciada, outorga onerosa etc. na vida delas. Isso tem que ser traduzido, efetivamente, para que ela possa dar uma opinião.

Então, acho que isso é algo importante, acho que Curitiba vai ter que resgatar e acho que todas as cidades vão ter que resgatar. Se a gente não traduzir todos esses novos mecanismos que vão refletir de forma concreta na vida das pessoas, é muito difícil que elas participem, mesmo havendo as Audiências.

Então, faço essa ressalva. Do ponto de vista formal, isso foi cumprido, mas seria importante, pelo menos para um conjunto da sociedade civil mais organizada, ter uma preparação prévia para esse debate – eu acho que é, um pouco, o que a Câmara está fazendo aqui.

Essa é uma observação para que a gente não tenha um simulacro de participação.

A segunda observação que eu gostaria de fazer é de que o nosso Plano Diretor tem alguns aspectos relevantes, mas eu quero destacar o seguinte: ele, na verdade, teoricamente, transformou mais de 80% do Plano Diretor de 1966, do antigo Plano Diretor, do ponto de vista de regulação de leis etc. O problema é o conjunto de Leis de antes do Plano Diretor: elas deveriam ser posteriores ao Plano Diretor, mas foram feitas antes do Plano Diretor. Isso é um pouco da discussão que a gente tem que fazer, também. Quer dizer, a Lei do Zoneamento, o Código de Posturas e um conjunto de outras, se elas são construídas anteriormente à gente fazer o Plano Diretor, qual o resultado disso? Foi o que aconteceu em Curitiba. Será que a gente vai ter que rever esse conjunto de leis? Será que isso é só para estabelecer esses marcos?

A outra coisa é a questão da efetividade. Eu posso dizer que o nosso Plano Diretor tem algumas semelhanças, pode ter algumas semelhanças, na interpretação legislativa – eu sou advogado, especialista em Direito Administrativo –, com a Constituição Bra-

sileira, que é uma belíssima constituição, extremamente importante. Ela foi um avanço para a cidadania do nosso País, mas, por um acordo de governabilidade do Congresso Nacional daquele período, o nosso saudoso presidente da Constituinte estabeleceu um conjunto de “vírgulas”, que dizia “de acordo com lei específica” etc. E, em alguns casos onde deveria haver efetividade plena, imediata, isso acabou não acontecendo. É o caso da própria discussão de reforma urbana do nosso país, que acabou sendo regulamentada, só em 2001. E acho que com o nosso Plano Diretor de Curitiba pode acontecer isso. Qual é a vantagem e a desvantagem disso? Essa é uma análise que o Rio de Janeiro vai ter que fazer. Há vantagens e desvantagens! A vantagem é que você possibilita uma discussão maior com a população; você pode especificar mais em leis específicas etc. Isso é uma vantagem. Agora, a desvantagem é que se você não dá um mínimo de efetividade a algumas normas, a algumas diretrizes, elas existem enquanto leis de papel, cidadania de papel. E cidadania de papel é, acho, um dos principais prejuízos de nossas conquistas. Então, posso dizer que 70% da adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade, ou mais, é mera reprodução do texto do Estatuto da Cidade, estabelecendo uma “vírgula”: a de que, depois, uma lei vai especificar isso. Então vamos pegar só o exemplo do EIV, o Estatuto do Impacto de Vizinhança, já concluindo esta parte na intervenção. O EIV é muito interessante, eu, até, estava conversando com o Vereador Eliomar Coelho e perguntando como são os conflitos aqui, no Rio de Janeiro, uma cidade muito importante para o mundo, uma cidade que é dos cariocas mas que é do mundo. Como se convive com isso, com o fato de às vezes, você ter um morador e ele, ao mesmo tempo ter de suportar as adversidades dos turistas. Como que esse impacto, aqui, se dá? Então, o EIV no Centro da Cidade, no Plano Diretor, estabelece que, como sempre, definições em legislação específica. É essa que vai dizer sobre tudo, só que o Art. 80, do qual vocês terão cópia, delimita. Esse Capítulo, que posso até dizer que é uma exceção no Plano Diretor, dá já algumas noções do que seria o EIV para Curitiba. Então, é uma certa contradição. Será que já não poderia deixar essas delimitações, e dizer que elas são de aplicação imediata, e ressaltar a legislação específica posterior. Poderia dizer assim: “A partir da vigência do Plano Diretor, pelo menos, essas delimitações deveriam existir.” Mas o que está existindo, na prática? Foi publicado em dezembro do ano passado, já tem cinco meses, e nenhum grande empreendimento tem feito EIV. Por quê? Porque a própria administração diz: “Não, a gente ainda não regulamentou o EIV, então, a gente não tem como exigir, porque gente não tem como estabelecer as normas em relação a isso”. Mas entendo que, no mínimo, ela poderia legislar através de portarias ou decretos essas delimitações que estão no Art. 80 e nos incisos do próprio Plano Diretor. Então, é um exemplo, é uma sugestão. Estabelecer que vai haver uma lei específica ne-

cessariamente não precisa ser ruim, mas ela será ruim se você não der alguma efetividade ao Plano Diretor de forma imediata. No caso do EIV, poderia ter acontecido, só que faltou um parágrafo dizendo que, enquanto não viesse legislação específica, pelo menos esses ítems e parâmetros estabelecidos deveriam estar sendo cumpridos. Realmente, há algumas questões bastante polêmicas na implementação do Instituto; talvez, você fique dois, três anos discutindo e, daí, você não aprova nenhum Plano Diretor. Aí, é o ruim. Mas, ao mesmo tempo, você dizer que existe o instrumento mas não dizer como ele vai ser exercido na cidade é o mesmo que não dizer nada. E, para terminar, quero puxar a sardinha um pouco para o lado do relatório da Vereadora Roseli Isidoro, que foi membro da Comissão de Urbanismo, foi relatora, e um pouco do nosso trabalho e dizer, sim, que houve um grande avanço na negociação. Foi uma negociação para ser aprovado isso. Não sei como é no Rio de Janeiro, mas a Lei Orgânica em Curitiba define a votação de 2/3 da Câmara para aprovar o Plano Diretor. Não quero fazer uma discussão do Plano, quero falar da experiência de Curitiba, mas a minha interpretação é que o Plano Diretor deveria ser o marco decenal da administração das cidades; depois, viria o Plano plurianual; depois, viriam as LDOs, para depois virem as LOAs. Na verdade o direito às cidades a grande conquista as pessoas que defedem a cidade, era de que o Plano Diretor deveria ser o Plano decenal, a grande orientação da cidade, inclusive coloquei isso no meu voto.

Quero terminar, dizendo que a gestão democrática – lógico que também há leis específicas – o capítulo da gestão democrática, foi um grande avanço. Não existiam essas diretrizes. Quero dizer que houve dois avanços: primeiro, ele ter estabelecido a conferência municipal em lei, dizendo que a primeira será em 2005, dizendo que ela vai ser bianual e isso foi tático. Por quê? Porque se a conferência está no Plano Diretor como um órgão de planejamento, como um órgão de participação, etc, você dá uma segunda importância. Você não está discutindo a conferência só para uma discussão nacional, está-se discutindo que a conferência é um elemento de gestão democrática do Plano Diretor da sua cidade, e se você colocar lá de fora uma coincidente com o ano ímpar, vamos chamar assim, eu acho que é estratégico, importante.

A outra coisa e a última que eu queria colocar é que nós aprovamos as conferências distritais, e o que é isso? Lá em Curitiba nós temos 10 regionais. Eram oito, agora são nove, e cada uma dessas regionais tem também que fazer essa convergência. Por quê? Porque você facilita e aproxima o debate. Uma conferência numa cidade grande como o Rio de Janeiro ou Curitiba, talvez você tenha certas dificuldades nas conferências em educar as pessoas, conversar com as pessoas, por isso aprovamos as confe-

rências distritais. Lógico que tem a virgulazinha da legislação específica, mas também a sociedade não tinha força política, naquela época para começar a definir alguns parâmetros.

Eu acho, fazendo um parêntese aqui, que a discussão sobre Audiências Públicas, a participação popular e as consultas são fundamentais para a sociedade civil, os parlamentos locais, principalmente os que têm na Lei de Responsabilidade Fiscal, na reciprocidade, mecanismos que tratam essa questão. É fundamental essa discussão para que as Audiências Públicas não sejam só um ato cartorial, formal. Que a gente comece a discutir um regimento democrático, quer dizer, horários compatíveis à participação das pessoas, possibilidade de educação, esses conjuntos de coisas.

E por último, já agradecendo, eu gostaria de dizer que o Rio, muito mais que Curitiba (e até tinha trazido dados sobre isso, a capital, tem que ajudar a fazer uma discussão da questão metropolitana. Eu sempre digo o seguinte: “Eu não sou mais cidadão de Curitiba, eu sou um cidadão metropolitano”. Se nós não resolvermos os nossos problemas metropolitanos nós não vamos resolver o problema de nossa cidade, essa é a verdade. E quero dizer que as nossas soluções são metropolitanas. Curitiba, hoje, precisa tanto das suas cidades co-irmãs como elas precisam de Curitiba e acho que é muito ruim quando a gente faz Plano Diretor primeiro na capital e depois nos pequenos centros, centros aglomerados, porque o ideal é que isso fosse feito de forma paralela e conjunta, andando de mãos dadas. Acho que é esse o desafio que está sendo feito, observatórios de Políticas Públicas, fazer uma discussão no plano participativo. Nós fizemos uma conferência metropolitana e estamos tentando fazer em conjunto com o Governo do Estado, no Paraná, uma discussão com a Região Metropolitana. Eu digo os nossos problemas. As nossas soluções são metropolitanas e tenho a certeza absoluta que isso é fundamental. E temos que exigir das Assembléias Legislativas que elas cumpram a parte delas nessa participação.

Agradeço à Comissão a oportunidade e quero me colocar à disposição, se não for possível hoje, para dialogar. Vou deixar meus cartões, material para que a gente converse, e gostaria depois de repassar para o pessoal propostas de uma campanha que estamos fazendo para salvar as florestas e auracárias, que é o símbolo do nosso estado. E quem puder subscrever e mandar para o Presidente da República, nós gostaríamos muito. Aqui tem um cartão muito bonito que foi feito e a gente gostaria que vocês pudessem mandar. Vou deixar aqui com os nossos parlamentares e depois passar para todo mundo.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador André Passos, nós é que agradecemos a V. Exa. pela presença e a deferência especial para com a Cidade do Rio de Janeiro. Queremos deixá-lo bem à vontade, por força dos seus compromissos para com o povo da Cidade de Curitiba.

Vereadora Aspásia Camargo, V. Exa. quer fazer algum comentário?

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Não sei se nós vamos ter tempo de aprofundar essas questões com o Vereador André Passos.

O SR. VEREADOR ANDRÉ PASSOS – Eu venho no Rio o dia que vocês me convidarem. Se não for segunda, terça e quarta. Faço questão de ficar mais tempo no Rio de Janeiro, não tenha dúvida.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Eu acho que sexta-feira é um bom dia.

O SR. VEREADOR ANDRÉ PASSOS – Sexta é melhor ainda, porque a minha esposa é Professora da Universidade Federal, mas não dá aula na sexta-feira, e eu posso trazê-la junto.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – E nós prometemos conduzi-los a um lugar onde a mobilidade flua melhor no fim de semana.

Mas, enfim, nós estamos aqui e tivemos duas exposições excepcionais, porque nos fazem pensar e refletir sobre o quanto ganha uma cidade que tem um planejamento. Eu acho emocionante ouvir que um plano de 1966 ainda tem validade e pode ser mudado, aperfeiçoado, transformado. É isso que nós desejamos para a nossa cidade.

Ao longo dos vários debates que nós promovemos, a pergunta que eu deixo aqui, de novo, no ar é essa questão de dizer o quanto nós podemos no Rio de Janeiro aproveitar o nosso Plano Diretor de 1992, ou mudar? Porque, temos a tradição de jogar tudo para o ar e fazer tudo de novo, o que é uma ilusão. O Vereador André Passos, inclusive, deu aqui muitas informações importantes e sugestões de como enfrentar essa parafernália de leis complementares, de legislações infra-constitucional, que acaba, com a melhor das intenções, impedindo que o processo ganhe uma certa racionalidade, uma certa consistência. No caso do federalismo brasileiro, é uma catástrofe. Ninguém consegue definir exatamente as competências comuns. No caso do Plano Diretor, eu acho que o problema é o mesmo, são questões urgentes para as quais a sociedade solicita soluções e que muitas vezes não podem ser realizadas, porque fica tudo entre parênteses, esperando a legislação.

Mas eu fiquei com uma dúvida diante das duas exposições, que foi a seguinte: o Alexandre Pedroso nos deixou aqui uma impressão de que o Plano de 1966 foi transformado, foi retificado pelo zoneamento, pelo Estatuto da Cidade, mas que na sua íntegra ele é atual. E não foi a mesma impressão que eu tive. Talvez tenha ouvido mal. O Vereador André Passos colocou alguma coisa como 80% de mudança no Plano de 1966. Então, eu fiquei com essa dúvida, achei que as versões não foram totalmente coincidentes, é muito bom para nós ouvirmos essa questão.

O outro ponto que eu achei importante foi a observação de Alexandre Pedroso de que nós não devemos confundir o Plano Diretor com a Lei de Uso do Solo, e aí eu gostaria de provocar um pouco essa discussão, porque a minha tendência sempre foi pensar o Plano Diretor com todos os seus rebatimentos, Código de Obras, Lei de Uso do Solo, Leis de Parcelamento do Solo e Código de Postura. Como Curitiba está muito avançada com relação ao resto do Brasil, eu queria saber o que é que vocês pensam sobre isso. Nós temos um problema aqui no Rio, de ter que mexer nisso tudo, Lei de Uso do Solo, sobretudo, Código de Obras e outras coisas. Eu queria perguntar aos representantes de Curitiba sobre o Código de Postura, que para mim tem uma importância muito grande, mas que sempre é posto como uma coisa menor. Curitiba não é o caso, mas vocês sabem que o Rio de Janeiro é uma cidade caótica, uma cidade desorganizada, uma cidade em que a Comlurb tem que recolher o lixo no Centro da Cidade 13 vezes.

Então, eu trago aqui, para reflexão de todos, a experiência que eu vi em Berlim essa semana, que é a experiência de Bogotá, que conseguiu, através de um projeto Cultura da Cidadania, extremamente interessante, que foi desenvolvido por um Prefeito, que é da Academia, filósofo e pedagogo, chamado Antanas Mocus, que instituiu esse projeto de Cultura da Cidadania, com várias implicações também sobre o Plano Diretor, e conseguiu diminuir a violência em Bogotá de 80 mortes por 100 mil habitantes por ano para 16, o que foi uma coisa extraordinária.

Então, eu pergunto se não estaria dentro do espírito do Estatuto da Cidade também pedir essa cooperação da sociedade no sentido de mais ordem, mais respeito à coisa pública, um Código de Posturas? Nós não devemos também avançar nessa linha? Era isso o que eu queria sugerir aqui como início de debate.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Eliomar Coelho, Membro da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Vereadora Aspásia Camargo. Bom, vamos deixar os palestrantes, aos que foram perguntados, fazer uma reflexão e passar a palavra ao Prof. Nabil Bonduki, que já chegou e enfrentou o pro-

blema seriíssimo do trânsito que está hoje para se chegar ao Centro da Cidade do Rio, mas está aqui conosco.

O Nabil já foi Vereador da Cidade de São Paulo, e como Vereador, no âmbito do Legislativo, coordenou os trabalhos de feitura do Plano Diretor da Cidade de São Paulo. O Nabil foi do Conselho Nacional das Cidades e é uma pessoa militante de todo movimento de política urbana, de fórum nacional, de desenvolvimento urbano, das polis, ou seja, larga experiência que será transmitida para nós a partir de agora. Portanto, Nabil, a palavra está com você.

O SR. VEREADOR ANDRÉ PASSOS – Se me permite, Vereador Eliomar Coelho. Eu quero dizer o seguinte: graças ao problema de mobilidade urbana aqui na frente, foi permitido que eu falasse antes do Nabil. Eu comentei com você, ontem à noite, quando cheguei ao aeroporto, que se o Nabil falasse antes, não daria para falar mais nada, porque ele é o mestre de todos nós, Vereadores, não é? Então, eu quero já dar um abraço fraterno aqui ao Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom-dia a todos e a todas! Eu queria, em primeiro lugar, me desculpar por chegar atrasado, depois do início dos trabalhos, mas acho que nós temos um bom tempo para debatermos e discutirmos um pouquinho a nossa experiência de São Paulo e, na medida do possível, contribuirmos aqui também para o debate da revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro.

Eu queria cumprimentar os Vereadores presentes na figura do nosso companheiro Eliomar Coelho, que tem sido parceiro na luta pela reforma urbana no Brasil. E particularmente nos últimos dois, três anos, participamos juntos na construção de uma frente de Vereadores pela reforma urbana, que participou e tem participado do processo de discussão da nova política urbana no Brasil. Eu queria cumprimentar também todos os companheiros do Rio de Janeiro que estão trabalhando no Plano Diretor.

Eu quero falar um pouquinho sobre a nossa experiência em São Paulo. Não vou entrar muito na discussão do conteúdo do Plano Diretor de São Paulo, porque se formos entrar nisso iremos nos deter durante muito tempo. Posso depois fazer algumas referências das propostas que estão presentes no Plano Diretor de São Paulo. Mas quero, sobretudo, me centrar um pouco mais no processo, porque estamos aqui na Câmara do Rio de Janeiro e acho importante trazer um pouco da experiência de como nós, na Câmara de São Paulo, tocamos o processo de debate e de elaboração do substitutivo do Plano Diretor que foi enviado para o Executivo. Eu entendo que esta discussão é a discussão, também, do processo do planejamento que foi criado em São Paulo pela lei do Plano Diretor e, depois, implementado, parcialmente, vamos dizer assim, porque não sabemos até aonde vai a tramitação

do Plano Diretor. Parece-me muito interessante e importante discutir aqui a questão do Plano do Rio de Janeiro.

Mas antes de falar sobre isso, eu quero fazer uma breve introdução. Qualquer Plano Diretor que seja feito no Brasil tem que levar em conta o marco nacional e o marco conceitual de como está-se entendendo o Plano Diretor hoje no Brasil. Nós estamos vivendo, é o que eu podia dizer, um segundo ciclo de Planos Diretores no país. Nós tivemos um primeiro grande ciclo de Plano Diretor nos anos 60 e 70. O Rio de Janeiro tem uma tradição maior que vem dos anos 20, 30, o Plano Agache e todos os desdobramentos do Plano Agache, nos anos 30, com a Comissão do Plano Diretor que foi criada pela Prefeitura no período, nos anos 30, na segunda metade dos anos 30. Então, o Rio de Janeiro tem uma história mais longa no sentido de pensar o planejamento urbano de sua cidade. Mas, se pensarmos em termos nacionais, nós vamos ter, principalmente a partir do golpe de 1964, uma profusão de Planos Diretores no país, que marcaram, de uma certa forma, o que eu chamaria de um ciclo de Planos Diretores no período autoritário. Nesse ciclo de Planos Diretores – voltando aqui a dizer, estou falando mais no geral do Brasil, tenho estudado um pouco esse assunto – nós tivemos algumas características: Planos Diretores autoritários, Planos Diretores que foram elaborados a partir dos técnicos para a sociedade e não os técnicos com a sociedade, Planos Diretores que foram elaborados sem a participação do Legislativo. Os Legislativos, de certa forma, referendaram propostas que eram elaboradas pelo Executivo e que na maior parte das cidades brasileiras, inclusive, eram elaboradas com uma presença muito forte, muito importante de consultorias, ou seja, sem que houvesse dentro das prefeituras uma estrutura que implementasse e que pudesse estar trabalhando junto na elaboração desses Planos Diretores.

A segunda característica importante desse primeiro ciclo de Planos Diretores, é que são Planos Diretores que na maior parte dos casos estiveram desvinculados do processo de gestão das cidades. Ou seja, nós não tivemos uma articulação entre as políticas setoriais, a gestão cotidiana, os orçamentos-programas ou orçamentos de médio prazo, como hoje nós temos o BPA, articulados com a proposta de médio prazo que estavam previstas nos Planos Diretores. Então, esta é uma segunda característica importante dos Planos Diretores elaborados nesse período.

E uma terceira característica importante desses Planos Diretores é que eles não contavam com instrumentos urbanísticos capazes de regular de maneira democrática, combatendo os efeitos nefastos dos processos imobiliários correntes, de modo que esses Planos Diretores não conseguiram, por exemplo, impedir o processo de especulação imobiliária, não puderam obter uma contra-partida do setor imobiliário para o processo de intensa ocupação do uso do solo na cidade.

Eu, evidentemente, não tenho muito tempo, aqui, para fazer uma reflexão mais longa sobre este assunto, mas o que eu quero chamar a atenção é que nós vivemos agora um segundo ciclo de Planos Diretores. Tivemos um momento de transição, esse momento de transição nós podemos situar entre a posição de 1988 e a promulgação do Estatuto da Cidade, quando, de certa forma os Planos Diretores começaram a incorporar novos instrumentos, começaram a se basear sobre o paradigma da participação popular, mas ainda não contava com uma regulação em nível nacional que, efetivamente, foi dada pelo Estatuto das Cidades.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que nos anos 80 o instrumento planejado, o Plano Diretor e o próprio planejamento urbano tinham caído no descrédito por uma visão de direita, que era uma visão que propugnava pela menor presença do Estado, pelo menor controle do Estado sobre o mercado. Nós tivemos, então, numa perspectiva neoliberal, nós tivemos um certo rechaço ao planejamento urbano e ao Plano Diretor. E numa perspectiva de esquerda, também, numa crítica ao planejamento burocrático, tecnocrático, do período da ditadura, da ausência de participação, da efervescência de movimentos que lutavam por reivindicações muito concretas e de curto prazo, também, do ponto de vista da esquerda, nós tivemos, pelo menos até a segunda metade dos anos 80, um certo descrédito em relação à questão do planejamento. Foi um período, então, que grande parte das instituições de planejamento foram desmontadas no país, por exemplo, várias empresas e órgãos de planejamento metropolitano. E isso continuou, em grande parte, nos anos 90.

Mas, nós tivemos um marco importante, que é a Constituição de 1988, que de certa forma ressuscitou o Plano Diretor como um instrumento de primeira ordem, à medida que deu ao Plano Diretor um papel muito importante, que foi dizer quando a terra urbana cumpre ou deixa de cumprir a função social. De certa forma, a Constituição de 1988, pressionada de um lado pelo movimento da reforma urbana e, por outro, pelo centrão, que buscava restringir os avanços democráticos, os avanços, vamos dizer assim, de maior controle do Estado sobre os agentes econômicos, então, a Constituição de 1988 assumiu uma posição, que foi a de repassar aos municípios, através do Plano Diretor, a função de dizer quando a propriedade urbana cumpre ou deixa de cumprir a função social, podendo aplicar instrumentos como edificação compulsória, parcelamento compulsório, imposto progressivo no tempo, chegando até a desapropriação com títulos da dívida pública.

Nós tivemos, então, a partir dos anos 90 – e eu acho que o Plano Diretor do Rio de Janeiro é um exemplo disso, de 1992, se não me engano, aliás, de 1991/1992 – um novo paradigma se enunciando, presente. Vários instrumentos foram colocados nesses Planos Diretores, mas, ao mesmo tempo, não havia uma legislação nacional que respaldasse a aplicação desses instrumen-

tos, tanto que vários Planos Diretores realizados nesse período, nos anos 90, lançaram instrumentos, mas os instrumentos, efetivamente, não puderam ou não quiseram ser aplicados. Não puderam, porque a Justiça entendeu que era necessária a lei de regulamentação da Constituição e que, portanto, não poderiam ser aplicados esses instrumentos antes da regulamentação dos artigos 182, 183 da Constituição, que tratam desse assunto.

Em função disso, nós então vamos ter um período de transição, que eu chamaria de transição, que ele ganha novo conteúdo, agora, em 2001, com o Estatuto da Cidade, quando, efetivamente, nós poderemos caracterizar, então, uma fase onde eu espero – e acho que é essa a expectativa que nós temos – que nós tenhamos um novo ciclo de Planos Diretores. E não só de Planos Diretores. Quero inclusive, ressaltar um novo ciclo de planejamento urbano, que não se resume ao Plano Diretor. O Plano Diretor é apenas um dos instrumentos do planejamento urbano, do sistema de planejamento urbano, e nós esperamos que ele possa superar esses problemas que nós tivemos, essas questões que nós tivemos e que nós apontamos como críticas no período anterior. Ou seja, que eles possam ser baseados num processo participativo, que eles possam utilizar, efetivamente, os novos instrumentos que foram criados pelo Estatuto da Cidade e, em terceiro lugar, que eles possam garantir uma articulação entre Plano Diretor e as políticas setoriais, os planos setoriais, e também toda a gestão orçamentária das prefeituras, e em particular o Plano Plurianual, que deve ser elaborado pelos municípios até setembro do primeiro ano de cada gestão. Particularmente neste ano isso vai acontecer, o que é muito interessante, porque o processo de discussão do PPA pode se articular com o processo de discussão do Plano Diretor e também com os orçamentos-programas. Isso porque o Estatuto da Cidade estabelece que as prioridades do Plano Diretor devem ser obedecidas pelas Leis Orçamentárias, pelo orçamento-programa e pelos programas plurianuais.

Então, eu acho que essa introdução é importante para situarmos, um pouco, onde estamos nessa discussão, aqui, que se realiza no Rio de Janeiro se situa nesse marco mais geral.

Nossa experiência em São Paulo foi, talvez, uma das primeiras que eu diria após a aprovação do Estatuto da Cidade. Uma vez que o Plano Diretor estava começando a ser elaborado pelo Executivo, quando foi aprovado o Estatuto da Cidade, em julho de 2001, começou a vigorar em outubro de 2001. E o Plano Diretor de São Paulo estava exatamente nesse momento, segundo semestre de 2001, sendo elaborado pelo Executivo, tendo sido apresentado à Câmara de Vereadores em abril, por volta de abril de 2002. Uma das questões que me parece importante ressaltar aqui é que o Plano Diretor de São Paulo avança bastante. Já na proposta inicial, elaborada pelo Executivo, introduz os instrumentos do Estatuto da Cidade, introduz a outorga onerosa do direito de construir, reduzia no primeiro momento a um, depois os

debates realizados ainda no âmbito executivo, variando de 1,3 a 1,7, o coeficiente de aproveitamento básico. Ou seja, aquele coeficiente que pode ser utilizado sem o pagamento da outorga onerosa. Como costume dizer, o coeficiente de aproveitamento que vem junto com a propriedade, conseguindo então dessa maneira, pelo menos a proposta original e que se preservou parcialmente na proposta aprovada pela Câmara, que é introduzir a outorga onerosa do direito de construir até o zoneamento, até os limites definidos pelo zoneamento.

Na proposta de São Paulo, num primeiro momento, o Plano Diretor estabelecia o coeficiente de aproveitamento básico e não mexia nos coeficientes de aproveitamento máximos que estavam estabelecidos pela Lei de Zoneamento anteriormente já em vigor na cidade. Aliás, em vigor há 30 anos. E durante 30 anos não conseguiu ser alterada. Temos, na verdade, uma situação em São Paulo onde fizemos um Plano Diretor em 1971, uma Lei de Zoneamento de 1972, exatamente nesse período da ditadura militar, que impôs naquela época reduções aos coeficientes de aproveitamento. E de lá para cá, nenhuma das quatro propostas do Plano Diretor que foram enviadas à Câmara, foram aprovadas pela Câmara. E as propostas de mudanças de zoneamento, com exceção de uma revisão em 1981, também basicamente não tivemos grandes alterações de zoneamento. Havia uma espécie de travamento das mudanças. Tanto do Plano Diretor, como do Zoneamento, na Câmara, pelo conflito entre os diferentes interesses dos grupos organizados que existiam na sociedade.

De certa maneira, podemos dizer que o Plano Diretor de São Paulo, na sua proposta original, reduzia então os coeficientes de aproveitamento - reduzia não - criava os coeficientes de aproveitamento básico que ao chegar à Câmara estava em 1,3 e 1,7, era mais ou menos essa a dimensão. E não mexia nos coeficientes máximos. Enquanto, por exemplo, o setor imobiliário que se mobilizou fortemente contra o Plano Diretor, contra essa proposta, sobretudo, desejava que o coeficiente de aproveitamento básico fosse igual ao coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido pelo zoneamento em vigor. E que pudesse cobrar a outorga onerosa daí para cima, daí para além disso. Então, foi esse um dos principais embates que existiu durante todo o processo do Plano Diretor e que conseguimos, na Câmara - porque durante o processo legislativo esse conflito continua acontecendo - e na Câmara conseguimos ajustar ou garantir uma espécie de pacto, um acordo entre os vários segmentos que participaram do debate que possibilitou a aprovação, em agosto de 2002, do Plano Diretor.

Além dessa questão, que foi uma questão muito polêmica e que polarizou muito o debate na imprensa e em vários segmentos da sociedade, tivemos outras questões importantes. A criação das zonas especiais de habitação de interesse social de vários tipos,

tanto a de regularização de loteamento em favela, como a ZEIS também nas áreas centrais, nos terrenos vazios, a regulamentação também da edificação do parcelamento e da utilização compulsória, entre vários outros instrumentos que foram criados pelo proposto pelo Plano Diretor.

Eu não vou me estender muito na parte de conteúdo porque eu quero falar um pouquinho de como se procedeu o processo de debate na Câmara de Vereadores. Porque quando o Plano Diretor chegou na Câmara, havia uma forte oposição e um forte conflito dentro do debate público do Plano Diretor. E se constituíram, então, algumas forças organizadas para debater o Plano Diretor na sociedade. Os empresários, o setor imobiliário, articularam então vários segmentos empresariais e alguns segmentos também de trabalhadores do setor da construção civil, que também formaram - é importante dizer, independentemente da coloração política desses sindicatos, que alguns sindicatos de trabalhadores da construção civil fizeram parte da chamada da Frente da Cidadania. A Frente da Cidadania era, portanto, composta principalmente pelo setor imobiliário, comandada pelo Secovi, que é o Sindicato dos Promotores Imobiliários da Cidade. Constituiu-se também a chamada Frente Popular pelo Plano Diretor, que era formada sobretudo por grupos ligados ao Fórum Nacional da Reforma Urbana, movimentos de habitação, movimentos sociais, várias ONGs, universidades, que defendiam então a manutenção dos instrumentos de reforma urbana presentes no Plano Diretor, e se centrou muito na ampliação da quantidade de ZEIS que estavam propostas no Plano Diretor. Também esse setor estava insatisfeito, sobretudo porque a grande maioria das ZEIS propostas no Plano Diretor eram ZEIS que estavam vinculadas à regularização de loteamentos em favelas, e havia um pequeno número de ZEIS nas áreas centrais, nas áreas de cortiço, nas áreas vazias e nas áreas deterioradas, quando em São Paulo desde a segunda metade dos anos 90 a grande luta do movimento por habitação tem sido por habitação nas áreas consolidadas da Cidade, no Centro, no primeiro anel em torno do Centro, que é uma região bem servida de infra-estrutura, hoje bastante esvaziada, e onde se foca muito a luta do movimento de habitação pela produção habitacional. E se entendia que a criação de ZEIS e o combate à especulação, eu não diria só especulação, à existência de imóveis desocupados, subutilizados e vazios, inclusive prédios inteiros vazios, seria extremamente importante o combate a essa ociosidade para baixar o preço desses imóveis e, dessa maneira, viabilizar projetos de habitação social na área consolidada da Cidade. Lembrando que em São Paulo nós vivemos um grande ciclo de ocupações de prédios vazios, mais de trinta prédios vazios foram ocupados entre 1996, 1997 e 2001. Várias dessas ocupações serviam para denunciar a existência de imóveis vazios. Nós inclusive, na Câmara, eu presidi uma Comissão Especial de Estudos exatamente sobre habitação na área central, quando nós identifi-

camos então cerca de 200 prédios desocupados na área central da Cidade de São Paulo. Então, o foco da Frente Popular pelo Plano Diretor era, sobretudo, a criação de ZEIS nessa região e a manutenção e criação de instrumentos que combatessem a manutenção de prédios vazios, forçando então a colocação desses prédios no mercado a valores justos. Lembrando que muitos proprietários cobravam por esses prédios valores absurdos que, na verdade, não tinham nenhuma relação com o valor de mercado que esses prédios tinham, que na verdade estavam vazios justamente por falta de mercado.

Bom, a terceira força que participou desse processo de debates na Câmara era o chamado movimento, que já existe desde o final dos anos 80, que é o Defenda São Paulo, que reúne principalmente associações de moradores dos bairros de classe média, dos bairros melhor urbanizados da cidade, onde existe a melhor qualidade de vida, e que viam em diretrizes colocadas no Plano Diretor um risco de alteração das condições de zoneamento dos seus bairros, que pudesse de certa forma descaracterizar esses bairros, num processo de verticalização. E que colocava como principal bandeira, na verdade, a insuficiência do debate e da necessidade de mais tempo para debater, buscando desta maneira alongar o processo, que na verdade foi uma tática utilizada desde “86” em São Paulo, desde a administração Jânio Quadros, quando surgiu muito forte esta perspectiva de alteração do zoneamento desta região, foi a tática utilizada para que não mudasse o zoneamento e não se aprovasse Planos Diretores na cidade durante todo esse período. Então, essas três forças estavam organizadas. E o debate na Câmara se realizou exatamente, buscando debater as propostas no ponto de vista urbanístico, buscando identificar e tornar mais claro que o Plano Diretor propunha, uma vez que a própria proposta do Plano Diretor era uma proposta ainda onde não ficava muito claro qual era a proposta de cidade que se tinha, qual era a relação entre a proposta de cidade e a aplicação dos instrumentos. Na verdade, a discussão, ela estava muito mais centrada nos instrumentos. Tanto que o setor imobiliário dizia que a outorga onerosa do direito de construir, o coeficiente de aproveitamento básico 1 era um instrumento arrecadador, que não era o instrumento urbanístico e que significava simplesmente uma tendência geral de administração, que era aumentar a sua arrecadação. Um movimento popular defendia as ZEIS, mas muitas vezes, não enquadrava o projeto de ZEIS dentro de um projeto de cidades com objetivos mais estratégicos, que interessavam não só o movimento de habitação, mas interessava a uma melhor organização urbana das cidades. Uma vez que o entendimento que nós demos a essa discussão é exatamente à importância da habitação nas áreas consolidadas da cidade para romper o ciclo de movimento pendular, casa, trabalho, periferia-centro, que é extremamente forte em São Paulo assim como em várias outras cidades brasileiras.

A discussão evoluiu durante, mais ou menos, três meses de debate. Foi um debate intenso. Nós realizamos aproximadamente 25 Audiências Públicas gerais, temáticas e regionais para debater o Plano Diretor. Fizemos “milhentas” reuniões com esses segmentos, mesas de negociação, buscando exatamente fechar uma proposta que pudesse ser aprovada, que conseguisse ser aprovada pela Câmara. Eu coordenei esse processo, como relator do projeto. E o que nós conseguimos de alguma maneira garantir aí foi evidentemente ceder em alguns pontos, buscando, de certa forma, preservar a essência da proposta. Aliás, explicitar de uma maneira mais clara as propostas. Aliás essa foi uma questão importante, porque o Plano Diretor, de certa forma, ele continuou a ser desenvolvido na Câmara, na medida em que havia uma certa identidade de objetivo de propósito. Mas a proposta até por uma disposição da Prefeitura de enviar muito rapidamente o projeto à Câmara, ele ainda merecia um conjunto de aperfeiçoamentos no seu texto, na sua organização, que foi realizado na Câmara num processo mais ou menos conjunto da Relatoria com técnicos da própria Secretaria de Planejamento, buscando dessa maneira, com o Secretário, constituir um projeto que tivesse bastante claro e que se pudesse ler. Tirar o debate simplesmente dos instrumentos, levar o debate para a questão dos objetivos que se pretendia alcançar para fazer dos instrumentos o que realmente eles são – instrumentos para alcançar objetivos urbanísticos, estratégicos, que a cidade requeria. Em função disso, então, foi formulado um Substitutivo, que estabeleceu, então, como parte das negociações um sistema de planejamento, que pressupunha uma segunda etapa, ou seja, o Plano Diretor foi aprovado integralmente, ele era auto-aplicável em muitos dos aspectos, mas ele estabeleceu que no prazo de oito meses, o Executivo iria desenvolver, tendo por base, inclusive as subprefeituras, que tinha acabado de ser aprovado pela Câmara, o desenvolvimento de uma segunda etapa que eram planos regionais das subprefeituras articulados com a nova Lei de ocupação do solo, e, também o Plano de habitação e o Plano de transportes, ou seja, se conseguiu um pouco essa engenharia que atendeu de certa forma a questões levantadas por alguns desses segmentos. Por exemplo, o “Defenda São Paulo”, nós alteramos ou deixamos mais claros algumas das diretrizes de zoneamento no Plano Diretor e jogamos a discussão do zoneamento articulada com Planos regionais, de modo que se ampliava o tempo de debate que era, exatamente, a reivindicação desse movimento “Defenda São Paulo” que é um movimento dos bairros de classe média onde existe também uma presença importante de urbanistas vinculados à oposição, ao PT, porque nós estamos falando do Governo que era do PT, da Prefeita Marta Suplicy, a principal oposição que existia na Câmara era o PSDB, e, o movimento São Paulo tinha uma forte presença de profissionais, técnicos, apoiados pelo PSDB. Com isso se conseguiu um acordo, tanto que a aprovação do Plano Diretor na Câmara se

deu, praticamente, por quase todos os Vereadores. Apenas um Vereador do PRONA votou contra, uma abstenção apenas, algumas ausências, mas ele foi aprovado no âmbito de um acordo partidário. Então, na verdade um acordo que foi, em grande parte fechado porque esses segmentos vamos dizer assim, de classe média, acordaram uma proposta. Uma proposta que, na verdade, fechou um processo para abrir um novo. Fechou-se o Plano Diretor e abriu-se o Processo de Discussão dos Planos regionais que era uma reivindicação desses setores, articulados com o zoneamento. A mesma coisa com o movimento, com a frente democrática do Plano Diretor, nós produzimos uma quantidade maior de ZEIS, a ZEIS se transformou num único instrumento de zoneamento que era auto-aplicável no Plano Diretor. Então, as ZEIS foram introduzidas, passaram a ser aplicáveis a partir da entrada em vigor do Plano Diretor em setembro de 2002. Ampliamos o número de ZEIS num trabalho que foi conjunto com o movimento de habitação e com a Secretaria de Habitação, para identificar novas áreas que eram áreas subutilizadas, áreas principalmente no Centro e no primeiro anel em torno do Centro da Cidade, e também a possibilidade de haver uma segunda rodada. Portanto, os Planos regionais onde também podia haver a introdução de novas ZEIS que dessa maneira, também se transformou num objeto importante de discussão por parte do movimento de habitação. Essa cartilha aqui que eu trouxe e que nós elaboramos no meu gabinete, eu vou deixar aqui com os Vereadores, eu não sei se vai ter para todo mundo, mas quem tiver interesse a gente pode, eventualmente, enviar. Muitos já a conhecem. Essa cartilha foi resultado, na verdade, desse processo que se deu entre o Plano Diretor e os Planos regionais e tinha como principal objetivo, na sua pré-versão, antes de ser impressa, tinha o objetivo de subsidiar o mutirão de formação de lideranças do movimento de habitação para participarem, então, do processo de discussão dos planos regionais, conhecendo melhor os instrumentos e os elementos que deveriam, e que poderiam ser utilizados nessa segunda etapa. Essa foi uma negociação com essa frente. Quando eu digo essa frente, digo, essa negociação foi feita com todos ao mesmo tempo, mas de certa forma, houve questões que foram levantadas e eram primordiais, por exemplo, a frente popular só apoiaria o Plano Diretor e só apoiaria, por exemplo, um certo aumento do coeficiente básico que era reivindicação da frente pela cidadania, pelos empresários se as ZEIS fossem ampliadas, se fosse ampliado o número de ZEIS e se fossem também tornadas auto-aplicáveis na própria aprovação do Plano Diretor. A negociação, então, com a frente pela cidadania foi uma negociação que envolveu uma certa regra diferente da que estava na proposta original para a questão dos coeficientes de aproveitamento básicos. Basicamente o que nós propusemos, e acabou sendo aceito na mesa de negociação foi que nas áreas onde o coeficiente de aproveitamento máximo era 4, na cidade que repre-

sentava setores onde o setor imobiliário teve um interesse grande, se criava então o coeficiente de aproveitamento básico 2. Portanto, havia uma redução de 4 para 2 no coeficiente básico, ou seja, naquilo que se poderia construir sem pagar a outorga onerosa.

No entanto, nós criamos uma regra de transição, ou seja, até o final de 2002 o coeficiente continuava sendo 4, sem pagar outorga onerosa. Em 2003 o coeficiente básico passaria a 3 e quem fosse construir 4 pagaria 1 de outorga onerosa e a partir de 2004, o coeficiente básico se transformaria em 2 e pararia aí, nessas áreas que tinham coeficiente 4.

Nas demais áreas da cidade o coeficiente passava a ser 1, voltando à primeira proposta do Plano Diretor, não a que chegou na Câmara, mas a que foi apresentada inicialmente pelo Executivo, pois a proposta que chegou à Câmara tinha um coeficiente que permitia chegar entre 1.3 e 1.7, mas abria a possibilidade de esse coeficiente básico poder chegar a 2 em algumas regiões da cidade, desde que fossem edifícios residenciais. Por exemplo, havia um estímulo à produção habitacional e um estímulo principalmente à produção habitacional onde criamos uma categoria específica, que era de habitação de mercado popular, ou seja, por uma baixa classe média habitação de mercado, mas que era voltada para baixa classe média, onde a gente tinha coeficientes para que houvesse um pagamento de outorga onerosa ou a isenção ou um pagamento mais baixo.

Um outro elemento, também importante, que fez parte dessa Mesa de negociação foi o estabelecimento de regras muito claras, que no projeto original não eram tão claras assim.

Então, por exemplo, as regras para o custo da outorga onerosa eram definidas, pelo menos os fatores para o cálculo da outorga onerosa eram definidos por decreto do Executivo e havia uma reivindicação de todos os segmentos no sentido de que as regras fossem fixadas em lei e não definidas por decreto. Isto foi estabelecido e este foi o grande “pulo do gato” que, ao estabelecermos fatores que oneram ou servem para calcular a outorga onerosa, o fator de planejamento e o fator de interesse social, fomos obrigados a levar para a sociedade um debate do que significava a cobrança de outorga onerosa, porque em certos lugares o fator de planejamento era mais baixo, que eram regiões onde se queria estimular o processo de verticalização e porque nas regiões onde se queria desestimular o processo de verticalização, que eram também por acaso as regiões de maior interesse do mercado imobiliário, a outorga onerosa era mais cara.

Então, isto significou a criação das macro-áreas de planejamento urbano, que foram a base para a fixação dos fatores de planejamento, de certa forma casando de uma maneira mais forte o instrumento com os objetivos urbanísticos que se queriam alcançar na cidade. Uma outra coisa que foi polêmica em relação a essa questão era a cobrança da edificação compulsória nos distri-

tos da área central e a cobrança de outorga onerosa para os estacionamentos sem construção, aqueles que se utilizavam de terrenos vazios. O nosso entendimento era que esses estacionamentos significavam uma forma de especulação com terra ociosa e havia uma posição do setor de estacionamentos, do Sindicato de Estacionamentos, a fixação disso.

Então, foi feito um acordo no sentido de que esse tipo de terrenos que o Plano Diretor considerava terrenos que estavam em regiões que deveriam ser integralmente edificadas e que desempenhavam alguma atividade econômica, eles também iriam ser definidos, as regras e as considerações para fixação e cobrança da edificação compulsória nos planos regionais. Ou seja, os planos regionais iriam identificar quais os terrenos ociosos com atividades econômicas que não cumpriam a função social. Então, isso também ficou para a discussão do período seguinte.

O processo seguinte foi o de debate e elaboração dos planos regionais, que foram elaborados pelas subprefeituras com supervisão, com acompanhamento da Secretaria de Planejamento. Foi um processo de ampla participação, muito maior do que a do Plano Diretor. Isso é importante que se diga. O próprio processo de discussão do Plano Diretor na Câmara foi muito mais forte do que o processo de discussão do Plano Diretor feito pelo Executivo, do Plano Diretor geral da cidade. Isso, de certa forma, preparou um processo de participação muito mais intenso, de novo, no Executivo, na elaboração dos planos regionais e do zoneamento, onde foram realizados amplos conjuntos de oficinas; desenvolvidas certas metodologias para elaboração dos planos regionais e a nova Lei de Zoneamento.

Com isso, então, nós tivemos o envio, atrasado em relação aos oito meses. Mas foi importante ter fixado os oito meses. Porque se nós não tivéssemos fixado no Plano Diretor os oito meses para elaboração desses planos regionais, aquilo iria ficar infinito; iria se continuar discutindo até não sei quando; não seriam elaborados todos ao mesmo tempo e a própria Administração não iria se colocar nesses prazos. Quando venceram os oito meses, o Executivo mandou um projeto de lei para a Câmara pedindo mais dois meses; aí, entrou em recesso e aproximadamente um ano depois de aprovado o Plano Diretor é que foram enviados à Câmara os planos regionais, em agosto de 2003. Então, eu novamente fui indicado Relator. Foi muito mais complicado, porque nós estávamos tratando da cidade toda e estávamos tratando de questões muito mais pontuais. Então, nós tivemos, aproximadamente, na Câmara 1400 pontos de reivindicações levados pela sociedade na discussão dos planos regionais. Então, foi um processo realmente muito complicado, muito complexo para se poder chegar a um substitutivo, porque trazia uma revisão do zoneamento. O zoneamento não era mexido, conceitualmente, na cidade havia 32 anos, naquela época, em 2003, desde 2004, quando foi aprovado – foi aprovado em julho de 2004. Então, foi um

processo muito mais complexo, muito mais difícil para que nós conseguíssemos aprovar o Plano Diretor regional.

Eu quero chamar atenção, também - talvez vocês tenham ouvido a notícia - das tais emendas de zoneamento do Plano Diretor. As emendas de zoneamento foram famosas na época, porque aconteceram exatamente em agosto... o Plano Diretor foi aprovado em agosto de 2002 e a eleição presidencial era em outubro de 2002. Estávamos a um mês e meio da eleição presidencial. Havia um aguçamento da questão política. Então, qualquer questão, qualquer coisa que envolvesse uma administração do PT, da importância de São Paulo, ganhou uma importância muito grande.

Na verdade, o processo do Plano Diretor de São Paulo, durante todo o processo, durante toda a discussão na Câmara, nós deixamos muito claro que não seria discutido e alterado o zoneamento. Essa era a minha posição, era a posição do Executivo, inclusive, em relação à questão do zoneamento. O que o Plano Diretor propunha era diretrizes para a alteração do zoneamento, o que seria feito numa lei posterior. Tanto que nós conseguimos casar, depois, na proposta do substitutivo, os planos regionais com o zoneamento. Então, essa era a proposta e nós debatemos com vários vereadores que nos procuraram ou representantes da sociedade, isso ficava claro: o Plano Diretor não ia mudar o zoneamento. Até porque, a gente precisava, primeiro, estabelecer os grandes objetivos estratégicos para a cidade, para depois o zoneamento ser alterado, tendo por horizonte essas grandes diretrizes e os novos instrumentos que também seriam criados. Porque o que caracterizou, também, esse primeiro ciclo dos Planos Diretores dos anos 70 era que o zoneamento era o único instrumento, ou o mais importante, prevalente nos Planos Diretores. E, agora, temos uma gama de instrumentos muito mais ampla. Então, era importante fixar esses instrumentos, definir os objetivos estratégicos, para depois discutir o zoneamento. Bom, depois consegui fechar o último substitutivo, porque houve umas sete ou oito versões de substitutivos, entre julho de 2002 e agosto de 2002; eram quase semanais ou, a cada dois, três dias, havia mudanças no texto, seja para aperfeiçoá-la, seja para introduzir alguma questão, depois de algum debate com esses segmentos todos.

Então, depois que fechei com o Executivo, fechei com o Líder de Governo o texto, na hora final, o Líder abriu uma pasta e falou o seguinte: “Agora, tem isso aqui para a gente discutir. Se não, não aprova”. E eram umas tantas emendas que mudavam pontualmente o zoneamento, trazidas pela base de apoio do Governo. Aí, foi uma longa discussão. Todo o Plenário lá esperando, porque todo mundo sabia que ia votar, das oito da noite até às quatro horas da manhã. E, aí, a discussão. Vieram alguns Vereadores trazendo suas coisas, e aí foram quase cem mudanças de zoneamento pontuais. No final, ficaram treze e daquele núme-

ro eles não baixaram e, no final, falei: “Se isso é condição para aprovar, então aprova, mas vou dizer, na minha declaração de voto, que fui contrário á introdução dessas emendas e que elas entraram, mas que as mudanças estratégicas e importantes do Plano Diretor, como um todo, eram muito maiores do que essas mudanças pontuais e específicas, que, no final, evidentemente, para o conjunto da Cidade, não eram nenhuma desgraça”. Algumas delas, inclusive, foram aprovadas no processo seguinte. Mas metodologicamente era incorreto. Aquilo foi aprovado, com apoio de todos os partidos e, no final, dois dias depois, estava a repercussão disso na imprensa, em um amplo debate. Por quê? Porque a repercussão foi muito grande, aliás, muito maior, exatamente, em função do processo de debate que tinha acontecido durante a tramitação na Câmara, onde repetidas vezes foi dito que não iria mudar. Então, todas as forças estavam ali sabendo disso. Nem o mercado imobiliário sabia, os segmentos que tinham interesses em não mudar.

Então, houve uma grande polêmica na imprensa, na sociedade, e nenhuma entidade da sociedade apoiou essas mudanças, nenhum segmento. Então, foi possível haver quase que uma frente geral pelo veto a essas emendas. Que, na verdade, não foi fácil tomar. Foram vinte e um dias, exatamente vinte e um dias, entre a aprovação e os vetos. As pressões foram muito fortes, inclusive por conta dos compromissos que foram assumidos ali com os Vereadores. No final, dentro da própria Câmara, os Vereadores já estavam favoráveis a que houvesse veto. A grande maioria era favorável, porque a coisa repercutiu, o Ministério Público abriu investigação sobre essa questão. A imprensa foi atrás de quem eram os proprietários das áreas onde havia mudanças. Em suma, essa questão acabou ganhando uma repercussão muito grande, e a Prefeita então vetou as emendas, tudo o que significava mudança de zoneamento. E com isso, então, tivemos a aprovação na íntegra do Plano Diretor - na íntegra, digo, da sua parte conceitual, da parte que entendíamos que fosse fundamental aprovar.

E, depois, tem o processo dos Planos Regionais, que não vou me estender aqui, porque acho que já falei demais e foi também um processo difícil, muito complicado, para gerenciar essa coisa toda. Planos introduzem uma outra lógica no zoneamento, difícil de ser entendida. São muito complexos. O fato de terem sido feitos, inclusive, de uma base regionalizada, onde as discussões eram regionalizadas, gerou também um resultado que, do ponto de vista geral da Cidade, do zoneamento, era muito mais complexo, porque as regiões discutiram coisas muito específicas para cada área e queriam que isso fosse, de fato, contemplado, de modo que foi uma dificuldade conseguir um certo acordo; aliás, não foi de cem por cento, foi muito menos acordo nos planos regionais, até porque chegou uma hora em que tínhamos que aprovar e estávamos na boca da eleição municipal e devíamos apro-

var antes do recesso. O recesso começou mais tarde, no ano eleitoral. Nós aprovamos o zoneamento na primeira quinzena de julho; normalmente, o Legislativo nessa época já não está discutindo nada, mas no final conseguimos aprovar e prever uma revisão para 2006.

Na verdade, eu queria finalizar, dizendo isso, que a idéia do Plano Diretor é uma etapa de um processo. É fundamental que a gente aprove o Plano Diretor e, depois, possa implementar tudo aquilo que é estabelecido no Plano Diretor. O Plano Diretor estabelece um calendário e um conjunto de desdobramentos que precisam ser implementados. Essa era uma das razões pelas quais eu considerava muito importante aprovar os Planos Regionais e a mudança de zoneamento. A cidade não consegue nunca aprovar legislação urbanística, que é o que vinha acontecendo em São Paulo até então, mas agora houve a mudança de administração, que está muito perdida em relação ao que fazer com essa questão. Eu não fui eleito também. Então, tem um outro processo e a expectativa é que exista uma implementação do Plano Diretor. E a expectativa que existe é que os Planos Diretores venham a ser feitos agora, que o Ministério das Cidades lance a campanha pelos Planos Diretores, porque nós temos esse segundo ciclo de Planos Diretores. E que esses Planos Diretores tragam uma efetividade nas cidades brasileiras, ou seja, que eles, de fato, se transformem em instrumentos de regulação da ocupação de solo urbano, de combate a uma ampla gama de efeitos nefastos que são gerados pelo processo de ocupação da cidade e também gerados pela anarquia do mercado, que muitas vezes introduz elementos que não são as melhores formas de se transformar. E acho que a experiência de São Paulo é uma experiência ainda em curso e ainda é cedo para saber em que sentido nesse plano vão ocorrer alterações, ou seja, quais entre aqueles objetivos que foram estabelecidos, de fato, vão acontecer na cidade nos próximos dez anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Nabil. A Dra. Rosani vai ter que sair porque ela tem uma Audiência no Fórum e ela deixou o *e-mail* para que quiser fazer perguntas: rosani@mprj.rj.gov.br. Aqui está o *e-mail* para qualquer pergunta que alguém queira fazer para ela. E quero agradecer imensamente a exposição feita por você.

A SRA. ROSANI CUNHA – Tenho uma Audiência às 13h no Fórum e tenho que passar na Procuradoria para pegar alguns documentos; infelizmente, eu tenho que sair, não posso ficar até o final. Já deixei o meu telefone, o *e-mail*, o endereço. E estou aberta para uma próxima Audiência. Será com o máximo prazer que participarei.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Rosani.

Agora, nos próximos 10 minutos, nós vamos assistir a uma exposição sobre a Região Metropolitana de Curitiba, feita pelo Alexandre Pedrozo. E depois vamos passar para o Plenário.

O SR. ALEXANDRE PEDROZO – Não vai ser uma nova apresentação, é uma ilustração muito rápida. As informações são importantes já que foram trabalhados os dados. Quero ilustrar e até responder à pergunta da Vereadora, ilustrar um pouco o que foi alterado, o que não foi e, também, ilustrar que não houve discordância no que foi colocado. Eu vou ter que explicar um pouco melhor. São alguns dados bem rápidos, em menos de 10 minutos, porque eu fui informado de que, em vez de usar luz vermelha, vão usar choque no microfone.

Como eu falei, Curitiba tem 1,5 milhões de habitantes e está inserida num espaço de 2,5 milhões de habitantes, junto com mais de 24 municípios. Esse processo ocorreu de forma acelerada, de 1970 para cá, com a migração do campo, com a reestruturação produtiva no campo, e eu tenho aqui, rapidamente, uma Curitiba e os municípios limítrofes que receberam as maiores taxas de crescimento da Região Metropolitana. Só para resgatar um pouco, lembro os planos, os códigos de postura, esses códigos sanitários que proibiam casas de madeira no Centro da Cidade. Então, tinha toda essa idéia de ordenamento sanitário e de expulsão, na essência da lei.

O Plano Agache de 1953, foi uma primeira Lei de Zoneamento. O Plano Diretor vigente foi feito em 1966; aí eu vou explicar um pouco o que foi acontecendo e onde a gente chegou em 2004, porque teve a alteração de 1975 e depois a nova lei de 2000, aquele conjunto de leis que, na essência, era a modificação do zoneamento e alguns códigos ambientais novos. Só para explicar a idéia, esse mapa mostra, na parte azul, o que era a população até 1966; então, houve um crescimento radial como em qualquer outra cidade, fragmentada como qualquer outra cidade, com vazios urbanos, empreendimentos como uma espécie de colcha de retalhos. E a idéia de Plano foi: ao invés de trabalhar o radial, vamos pensar em estruturas lineares de crescimento. Então, o projeto, na essência, traz o desenho da cidade onde haveria os eixos de crescimento, o eixo norte-sul e os outros eixos de crescimento onde deveria ser adensado. Então, concebeu-se esse adensamento em construção, em parâmetros construtivos, mas também o transporte ao longo dessas linhas. O sistema viário foi resolvido para isto; então, seriam os eixos de adensamento da proposta de 1966. Essa era a cidade que estava sendo planejada, esse o coração do município.

O Plano Diretor é de 1966, e a alteração do zoneamento, em 1975, vai reproduzir essa idéia; aqui está passando a BR-116, mas o adensamento era para ter ocorrido – vocês vão ver por que

não ocorreu isso – ao longo desses eixos, pois existia a ilusão, a intenção, até a boa-fé de que se morasse e trabalhasse próximo, tivesse o transporte junto a moradia, mas o que aconteceu? Como essas áreas são as áreas mais valorizadas da cidade, quem precisa do transporte coletivo não está morando ali nesse eixo. Então, já tem uma contradição na proposta, na intenção desse espaço pensado.

Aqui, todo mundo sabe como uma Lei de Zoneamento, retalho de 1975 para 2000, vai transformando a cidade numa espécie de biblioteca bagunçada. Vamos mexendo em índices de construção, até chegar nessa confusão toda. De 1970 para 2000, tem pilhas e pilhas de decretos alterando zoneamento. Em 2000 chega nesse conjunto de leis que reproduz – vocês podem dar uma olhada aqui – o eixo de adensamento; na verdade, é por isso que não muda muito. Muda o texto, mas não muda a essência. Esse eixo continua garantido como um espaço de construção. O que muda, a partir de 2000, é a intenção de transformar a BR-116, que é um umbral de crescimento, atravessa a cidade, corta a cidade como um novo eixo. Então, as novas propostas que vêm desenhadas em seguida trazem esse eixo de Curitiba e um novo eixo da BR como um novo espaço de construção, de potencial construtivo. Tudo isso foi sendo detalhado.

Mas eu queria chegar nessa informação: o processo de imigração no Paraná. De 1970 para 2000, todo o fluxo de constituição das metrópoles, seja na região de Curitiba, seja em Maringá, seja em Londrina, teve esse processo de metropolização.

As Altas Taxas de Crescimento.

Onde ficam as altas taxas de crescimento? Nas Regiões Metropolitanas, mas principalmente no entorno da sede, da capital. Então, temos Curitiba com taxas menores de crescimento e o entorno da cidade crescendo. Então, o Plano de 1966 não dava conta desse processo: ele estava trabalhando com o núcleo da sede nessa produção do espaço. Não dava conta de um processo posterior de metropolização; por isso, ele continua, na essência, trabalhando com uma cidade pequena perto da metrópole de Curitiba hoje.

Só para vocês terem uma idéia, aqui as taxas de crescimento de 1970 para 1980: de cinco vai abaixando para dois na capital. Mas esse anel em volta de Curitiba permanece muito mais alto em taxas de crescimento. Alguns municípios apresentam até as maiores taxas de crescimento do país. A Região vai abaixando – de cinco para dois, chega a três –, mas o que conta, na verdade, são os municípios limítrofes com altas taxas de crescimento.

Só para explicar espacialmente o que foi isso. Esse anel, essa mancha amarela, a principal, em 1965, foi a cidade, o espaço que existia à época, onde foi pensado o planejamento para Curitiba, em 1965 e 1966, com alteração do zoneamento. Depois, em

1975, 1985, 1999, temos um espaço único, uma mancha única que pega oito, nove municípios. Aqui aparece, entre dois municípios, um vazio, um pequeno corte, mas isso já não está assim. Há cerca de quatro anos, houve uma ocupação de 1.800 famílias que conectou isso aqui. Era o que faltava para termos essa grande mancha urbana. Então, essa é a cidade metropolitana em que não há planejamento. Na essência, não há um plano para esse espaço produzido.

Bom, a questão habitacional, para concluir. Temos alguns dados do trabalho da Fundação João Pinheiro. Acho que é o maior trabalho feito hoje sobre déficit habitacional e mostra um pouco do que acontece na Região Metropolitana, em termos de necessidades habitacionais. Em 1991, de 7% de unidades e necessidades habitacionais para a Região passa para 9,4% em 2000; então, temos uma ampliação dessas necessidades, ou seja, espaços sendo produzidos, mas a questão habitacional não está sendo resolvida.

Domicílios Vagos

De 8% chegamos em 2000 com 10%. E a faixa de renda, é claro, é uma taxa de concentração: gira em torno de 43% até dois salários-mínimos e passa para 52%. Temos um crescimento dessa camada da população e um empobrecimento da população metropolitana.

Aqui, para ter uma idéia, por essa imagem do satélite, a região, esse espaço metropolitano em 1999 e 2000, as áreas privilegiadas pelo planejamento, garantidas por lei, onde poderia se adensar; as áreas de preservação, mananciais, áreas de captação de água pública e as ocupações precárias. Altas taxas de crescimento justamente nessas áreas que não tem valor para esse mercado formal.

Bom, esse é o espaço metropolitano e, entre as ocupações intensas e as precárias, temos vazios urbanos e baixíssima densidade nas áreas mais bem servidas. Parece uma cidade brasileira. Então, aqui temos o mapa das ocupações irregulares. Então, ao mesmo tempo, você não oferece espaço para as comunidades e vamos ter esses pontos vermelhos aqui. É o número de ocupações.

Para quem não conhecia, Curitiba hoje está com cerca de 260 favelas. A Região deve ter cerca de 900 ocupações irregulares, isso no levantamento de 1997, mas está se ampliando. Com certeza, as ocupações irregulares crescem a uma taxa de 13%, 14% ao ano. E existe a contradição do espaço vazio, da cidade vazia, não só terreno vazio, mais imóveis vazios. A gente tem cerca de 10% dos imóveis produzidos na cidade, vazios; não são imóveis de uso temporário, é vazio, é o que está sendo ofertado para uma camada, para uma clientela que não existe.

Bom, aqui as contradições de Alfaville, ocupações irregulares próximas.

Deixa eu chegar numa imagem para mostrar a questão do plano de 1966 e um pouco do resultado espacial e depois a gente entra no debate, se houver tempo. A estruturação urbana da cidade sempre foi bem pensada, sistema viário, transporte, o solo, esta integração toda, e a gente tem uma preocupação muito grande com o desenho da cidade, com a sua forma, com o conteúdo de uso, mas nunca teve a preocupação do tempo dessa produção do espaço, que é, justamente, o debate da reforma urbana, de tentar trabalhar o tempo da retenção especulativa. Isso nunca esteve nessas práticas de gestão.

E, aqui, o zoneamento da cidade que foi proposto em 2004 reproduz a descrição de 2000; só para lembrar, o eixo que estava sendo pensado em 2000 e o novo eixo da cidade, BR-116; então o provisionamento vem depois da lei de zoneamento de 2000.

Eu queria chegar nesta proposta do macrozoneamento porque ele foi pensado com uma intenção de densidade. Existia, no planejamento, uma intenção previa de qual densidade se alcançaria com esse parâmetros colocados. Ao longo do eixo, na primeira faixa, bem servida a infra-estrutura, a estrutura viária, o transporte e, logo depois, uma área de adensamento e a nova área da BR-116, agora transformada num novo eixo de adensamento.

Então, ela reproduz, na verdade, a discussão que estava em 1966 em termos de forma, de conteúdo e desenho. Agora, de 1966 para cá, o que aconteceu? Esse é um mapa de densidade; então, se em 1966 se previa um adensamento linear, quando é que a gente vai colocar em pauta a forma como a cidade foi constituída? Além das ocupações irregulares, isso aqui mostra como o adensamento desse eixo proposto é idêntico ao que está acontecendo na periferia, nos loteamentos formais e informais.

Então, existe uma série de questionamentos para se fazer no Plano de Curitiba e que não foram feitos. Pode ser que agora, com essa lei guarda-chuva que a gente tem, acho que tem mais de 60 artigos de uma legislação específica para se trabalhar; então, a gente tem que começar a reconstruir esta discussão, retornar essa discussão. A discussão não foi feita, se foi não apareceu em lei.

Então, era uma bobagem bem rápida, uma ilustração para a gente ter como dialogar até meia-noite. Parece que está previsto um evento. Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Alexandre.

Bom, agora, a palavra está franqueada para o Plenário. Já temos inscrições. Marcos Azevedo, do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas.

O SR. MARCOS AZEVEDO - Bom dia ou boa tarde.

Eu pretendia fazer um comentário pegando ainda a Promotora Rosani, que não está mais aqui. Então, eu queria fazer, exatamente, o paralelo do processo que aconteceu do projeto de lei que está na Câmara para esse processo novo que a gente está querendo construir aqui. Esse é o DCM do dia em que nós contamos com a presença do Secretário de Urbanismo aqui, na nossa Sessão, e eu ia comentar isso com a Promotora, porque um secretário, o Sirkis, no dia em que ele esteve aqui, na verdade, ele confirmou, fala isso publicamente, e foi a denúncia que nós apresentamos ao Ministério Público, sobre como esse projeto de lei que está aqui foi construído. Quer dizer, foi um documento formal que pretendia cumprir um prazo, então, agora, nós estaríamos tentando retomar o processo, e o secretário colocou à disposição a Prefeitura e, especificamente, a Secretaria de Urbanismo, para retomar este processo.

Agora, eu acho interessante, para entrar no ponto que eu queria tocar em relação ao que o Alexandre falou e ao que o Nabil falou, fazer um paralelo entre a situação do Rio de Janeiro e a situação de São Paulo, a partir desse relato aqui, que eu acho que é uma coisa importante para a gente. Porque o Rio de Janeiro teve um Plano de 1992, que tinha que ter sido revisado em cinco anos. Em 2002, ele teria que ser revisado, independentemente de Estatuto da Cidade. Então, na verdade, esse processo seria em 2001 e depois veio o Estatuto da Cidade. E nada disso aconteceu. Na verdade, além de ter que haver a revisão por conta dos dez anos, teve o Estatuto da Cidade, que é de julho de 2001. Então, o Plano Diretor, independentemente de revisão, deveria ser adequado ao Estatuto da Cidade e nós estamos, após quatro anos, sem que nada disso tivesse acontecido. E isso é uma coisa grave, porque nós estamos falando de uma lei que deveria orientar a forma como a Cidade vai se desenvolver, como é que você vai atacar os problemas da Cidade. E leis, também, têm prazos, essas leis têm que ser revistas, cinco anos, dez anos. E nós estamos, então, aqui, num processo de quatro anos de uma paralisia, de uma inércia, com relação a uma discussão, que eu acho que é consensual a importância que essa discussão tem para a Cidade.

E eu estou fazendo questão de ressaltar isso aqui, porque, em 2001, o Prefeito da Cidade era o mesmo Prefeito, o Secretário de Urbanismo da Cidade era o mesmo Secretário. E eu acho que isso é uma referência importante para a gente, para saber se nós, de fato, estamos - a partir dessa iniciativa, aqui, da Câmara Municipal, e da disposição que o Secretário de Urbanismo colocou aqui, nesse seminário - se nós realmente estamos pactuando, aqui, a construção de um processo, ao final do qual nós vamos ter um Plano Diretor que a Cidade precisa. Então, essa questão tem que ser colocada.

E aí eu queria, já dialogando com o que o Secretário falou aqui e com a questão que o Alexandre e o Nabil levantaram, colocar o seguinte. Temos que colocar o processo para frente. Já te-

mos uma situação atípica de um prazo, de outubro do ano que vem, para ter a lei. A gente vai ter um prazo curto para ter uma proposta, para fazer o debate aqui na Câmara, com as várias Audiências, etc, mas a gente tem que qualificar como vai ser a participação nesse processo. O Alexandre comentou o negócio da Audiência Pública, o que é a diferença entre um processo de construção coletiva e um processo em que eu venho aqui apresentar a minha idéia para ver se as pessoas gostam ou não, que é bem diferente. O Nabil citou o trabalho que os técnicos fazem para a sociedade ou o trabalho que os técnicos fazem com a sociedade.

Então, tem uma questão aqui, que é um problema que estou levantando para a Comissão Especial da Câmara de Vereadores, que é o processo... Porque o Secretário Sirkis colocou aqui uma idéia de um processo de discussão, mas não disse, exatamente, como essa discussão está sendo estruturada. Se há uma proposta de revisão, uma proposta para se construir uma proposta de Plano Diretor, um processo para o Plano Diretor, temos de discutir a maneira como essa proposta vai ser construída. Não há uma maneira única de se fazer o Plano, que abrange assuntos muito variados. Portanto, há diferentes formas de discussão dos temas. Temos de saber como vamos distribuí-los, como vamos dividir essa discussão na cidade, como vamos territorializar a discussão, as etapas que vão acontecer. Então, tudo isso tem de ser discutido. E aí a pergunta que fica para mim, quanto a esse processo que vamos construir agora o Poder Executivo, com a Câmara de Vereadores e com a sociedade, é a seguinte: vamos discutir o processo todo desde o princípio? Isso não ficou claro da maneira como foi exposto aqui pelo Secretário. É muito diferente a Prefeitura dizer que está há quatro anos elaborando uma proposta, mas nunca ter apresentando esta proposta. Não sabemos em que base essa proposta foi feita, quais são seus critérios, que temas estão sendo considerados, e quais estudos existem. Então, este debate é nosso, e não é um debate só para pegarmos um resultado final e tentarmos depois remendar isso. Acho que há uma discussão importante para nós, que já apareceu aqui no outro Seminário, dizendo respeito também à experiência de Curitiba e de São Paulo: a questão do tempo e dos produtos. Temos uma experiência muito negativa no nosso Plano Diretor: como não era auto-aplicável, implicando uma série de regulamentações que jamais foram feitas, o Plano Diretor ficou no papel. Pelo que entendo que disse o Alexandre, na revisão do Plano Diretor de 2004, no último processo, você colocou os instrumentos do Estatuto da Cidade, dependendo de uma série de regulamentações, que serão realizadas ou não. Então, existe a lei, mas o processo é inócuo.

E temos a experiência de São Paulo, que até o Nabil colocou como parte do próprio processo de negociação e discussão. Acho que foi o acordo possível: você teve um plano geral e depois ti-

nha as etapas subsequentes dos planos regionais, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, e me parece até que uma parte disso foi cumprida, ou seja, essas etapas subsequentes.

Então, temos a questão de como vamos construir essa discussão, quer dizer, todo esse desenho do que pretendemos com o Plano Diretor, o que vai conter, do que vai tratar e o que vai acontecer depois disso. Temos de garantir que não estamos aqui fazendo uma discussão meramente formal, mas que isso terá um resultado para a cidade.

Eu gostaria que o Alexandre e o Nabil pudesse especificar isso porque achou que o nosso problema aqui é a participação. Como o Poder Executivo está envolvido nesse processo, essa participação se dá no âmbito do próprio Poder Executivo. Porque é muito diferente o Poder Executivo fazer a proposta lá e depois apresentá-la aqui. Pegando a própria experiência de Curitiba e de São Paulo, temos de estabelecer como esse processo poderá ser desenvolvido desde o momento inicial, envolvendo a Câmara, o Poder Executivo e a Sociedade.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – A próxima inscrita é a Sra. Letícia Hazan, do gabinete do Vereador Rubens Andrade.

A SRA. LETÍCIA HAZAN – Desde as primeiras reuniões sobre o Plano Diretor, essa questão do processo, principalmente da participação, tem sido uma preocupação. Acho difícilíssimo pensarmos em uma participação ideal envolvendo todas as pessoas, porque sabemos o que acontece na cidade: metade da população é pobre, não tendo nem o que comer, muito menos condições de chegar ao ponto de discutir o Plano Diretor, embora já tenhamos representantes das comunidades de baixa renda altamente qualificados e tudo o mais. Agora, eu gostaria de perguntar ao Nabil se essas Audiências Públicas eram feitas sempre num determinado lugar ou eram descentralizadas nos bairros. Já que as pessoas não podem se mobilizar para participar mais intensivamente dos debates, acho isso muito importante; porém, para isso temos de ter um corpo técnico que saiba dialogar com as pessoas, mostrar interesse e desenvolver uma cultura de defesa da cidade. Aqui, em termos de defesa da cidade, só falamos contra bomba, enchente, mas temos de defender a cidade com relação ao que está acontecendo na administração da cidade.

Estas Audiências aqui têm sido interessantes, mas, como sempre, são os mesmos que vêm aqui. Eu, como já disse, venho porque sou paga para vir, pois trabalho aqui na Câmara. Se eu estivesse com dificuldade financeira ou batesse ponto numa empresa, não sei se eu participaria destas reuniões a esta hora. Então,

são coisas que, neste conjunto de trabalho, poderíamos mais ou menos esboçar.

Agora, acho que o Vereador teria um papel importantíssimo, porque os Vereadores têm suas bases. Raramente você tem uma base sobreposta, embora em alguns lugares haja bases sobrepostas. Se os Vereadores estivessem realmente interessados, participando, também poderiam, através dos seus gabinetes, fazer um trabalho sobre o Plano Diretor, na oposição ou na situação, porque têm mais facilidade em estabelecer um contato amplo com a sociedade. É justamente essa participação que nós gostaríamos de ter.

O segundo problema que acho um absurdo é que se trabalha bem num Plano Diretor quando o Prefeito é do partido, que tem os seus gabinetes e as pessoas envolvidas. Quando não é reeleito, vem outro Prefeito e não faz nada. Nosso Plano Diretor tem 12 anos. Se apontarmos o que foi implementado, praticamente não há quase nada, só vazios. Acho, então, que deveria haver um tipo de legislação tornando esse processo intocável, que teria de ser levado a diante com as participações que se fazem, porque sempre tem de haver um processo de participação, como na Itália, em Paris. O escritório de processamento e planejamento é aquilo; ninguém vai lá dizer: “Não vou fazer, porque não fui eu que... Não quero, vou fazer de outra maneira.” É necessária a obrigatoriedade pois o processo tem de ser desenvolvido. Se não colocarmos isso, é melhor deixar esse Plano Diretor que temos aí, do jeito que está, porque estamos nos ocupando muito, e não creio...

Agora, é uma cidade que está precisando de algum socorro, porque nunca vi um Rio de Janeiro com tão baixa qualidade de vida, com pessoas tão desanimadas, tão sofridas, deixando de gostar da cidade. Porque esta é a minha maior preocupação: as pessoas não gostam mais de cidade. Meu marido, que é apaixonado pela cidade, me disse: “Quero me mudar para outro lugar. Não quero mais ficar aqui.” É um absurdo que numa cidade linda como esta as pessoas deixem de gostar da cidade.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Muito obrigado, Letícia.

A próxima oradora inscrita é Rosirene Carneiro, do Fórum Mulher.

A SRA. ROSIRENE CARNEIRO – Boa tarde. A preocupação com o Rio de Janeiro está avançada, o que é muito bom. Eu queria fazer uma pergunta ao Vereador André Passos, mas ele já foi embora, não é? Por que temos de tomar cuidado com a participação popular? Talvez eu tenha entendido errado, mas acho que ouvi isso mesmo. Por que cuidado com a participação popular? O povo está desarmado. Não há perigo.

E ao Dr. Nabil: o que são terrenos onerosos? Também tenho a impressão de que ouvi isso. Por exemplo, as nossas praças públi-

cas são de direito público e ao público devem servir. Estão sendo privatizadas, adotadas pela Maçonaria, por maçons individualmente ou por projetos sociais. Nossas crianças estão brincando nas pistas, e nossos velhinhos estão sentados à beira das calçadas, porque não há espaço, por conta dos carros e das feiras, pois são vendidos espaços para os expositores a R\$ 15 o metro quadrado.

Por hoje é só. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Rosirene.

A próxima oradora inscrita é Ana Batista, assessora da Vereadora Aspásia Camargo e coordenadora da Agenda 21.

A SRA. ANA BATISTA – Boa tarde. Eu queria fazer uma ponderação aqui. Participei de um curso de capacitação para três estados do Nordeste, do Ministério do Meio Ambiente, na semana passada. Ouvi o companheiro do Instituto fazer uma ponderação em relação a essas dificuldades que a Cidade do Rio de Janeiro está vivenciando no tocante à interlocução das relações entre o Executivo, a sociedade civil, o Legislativo e os setores mais relacionados com a capacidade de empreendimento e de produção na cidade, mas acho que vivemos uma dificuldade de interlocução que não é só nossa.

Tive a oportunidade de estar nesta Mesa de que o Alfredo Sirkis participou, juntamente com a Cecília de Castro, e o que me parece é que temos os instrumentos necessários disponíveis em nossa cidade. Temos uma tradição do diálogo, acho que a cada momento devemos tentar resgatar essa história e essa tradição, não no sentido de nos paralisar diante das dificuldades, mas no sentido de tentar inovar. Temos uma vivência que diferencia esse período anterior, que foi citado por várias pessoas, em relação, primeiro, a uma melhoria da qualidade da Câmara Municipal; segundo, a um Plano Estratégico, que, em algum nível, trabalhou com conceito de participação; terceiro, a uma Agenda 21 que tem tentado criar essa interlocução e que tem uma experiência acumulada; e a um Executivo que criou uma Comissão e que certamente terá de disponibilizar seus instrumentos no sentido da formulação e das indicações necessárias na construção do Plano Diretor.

Então, eu gostaria de resgatar essas dificuldades, inclusive por isso citei minha ida lá ao Ministério do Meio Ambiente, porque essas dificuldades têm se manifestado em todos os níveis. Por exemplo, quanto à Cidade de Fortaleza, hoje de manhã eu disse à Vereadora Aspásia Camargo que eu conheci a Prefeita Luizianne e que foi um “show”, no sentido de colocarmos a discussão do Plano Diretor participativo, a interlocução com a Agenda 21 e com as Secretarias que estão com mais responsabilidade em relação a essa discussão do planejamento urbanístico, lançando a Carta da Terra, com mais de 1.500 pessoas, com centenas e centenas de pessoas fora do anfiteatro do Centro Cultural, demonstrando um anseio de participação. E ali mesmo ainda se colocaram os desafios dessa interlocução, que não está dada. Quer dizer, a visão que temos ainda de planejamento, do ponto de vista da participação, como os palestrantes nos ofereceram, é um desafio imenso.

Então, eu queria só fazer esse resgate porque acho que às vezes nos assustamos diante dos desafios. Eles não são fáceis, pois a construção democrática é muito difícil, mas acho que dispomos de instrumentos: a realização de outras Audiências Públicas; a questão da regionalização da discussão, de elencar quais são os temas prioritários diante do caos urbano e social que vivemos na nossa cidade, contribuindo para que esse processo aconteça.

Eu gostaria apenas, depois dessa ponderação, de pedir aos dois representantes de Curitiba e de São Paulo que pudessem também nos orientar um pouco em relação a esse processo mais participativo. E a questão que Curitiba levantou, em primeiro lugar, é a da qualificação. Nossa disponibilidade de juntar a representação da sociedade e os técnicos é importantíssima, mas temos de ter um nível de qualificação para que o debate aconteça; Precisamos da disponibilização dos instrumentos urbanísticos, dos conhecimentos, em relação aos aspectos mais técnicos do Plano, para que essa participação se dê num nível em que acho que ela possa acontecer.

Então, esperamos que vocês possam contribuir conosco em relação a esse desafio, que também é de outras cidades. Acho que estamos vivenciando uma situação difícil na Cidade do Rio de Janeiro. Agora, na minha experiência, o que tenho visto é que é um desafio. O aspecto técnico que prepondera, as metodologias participativas – vamos ter o último debate nosso – são múltiplas. Como vamos coordenar isso? Como vamos estabelecer uma relação de cooperação entre as diversas instâncias? Acho que é um desafio que vai nos exigir muito trabalho e uma abertura, uma maturidade para contemplar a pluralidade do processo.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Ana Batista. O próximo orador inscrito é Marco Antônio Barboza, arquiteto do IAB.

O SR. MARCO ANTÔNIO BARBOZA – Eu gostaria de indagar ao Vereador Nabil Bonduki e ao técnico Alexandre, de Curitiba, sobre como está sendo tratado, nos Planos Diretores de suas respectivas cidades, o aspecto de ordenamento sobre as ondas de especial interesse social, porque elas estão contempladas em todas as metrópoles e eu queria que fizessem uma abordagem no conflito que nós vivemos muito hoje, que é a questão entre a relação do dano ambiental e o problema social. Eu acho que a questão do problema social é uma questão muito grave, porque depende do enfrentamento através de uma política habitacional consistente, maciça, mas que, na verdade até por força de abrigar e lidar com esse problema social, nós acabamos subscrevendo um problema de dano ambiental que é contra toda a sociedade, também. Então, quero saber se esse aspecto vocês consideraram tanto do ponto de vista de planejamento quanto do Plano Diretor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - A próxima inscrita, Isabel, professora da Faculdade de Serviço Social da U-ERJ.

A SRA. ISABEL CARDOSO - Na verdade eu gostaria de saber do Alexandre e também da experiência de São Paulo, como foram incorporadas as demais políticas, como, por exemplo, as políticas de transporte urbano, de trabalho, tendo como referência, por exemplo, a nossa experiência aqui de Plano Diretor. Também sei que nos demais municípios não se trabalhou com uma concepção de direito à Cidade, restrito ao aspecto físico territorial, ou seja, o direito à Cidade pressupõe também um entendimento que ultrapasse, especificamente, a questão físico-territorial do uso e ocupação do solo urbano e tenta incorporar uma dimensão de direito à cultura, ao trabalho, ou seja, direito ao que, no nosso Plano Diretor, está como cidade sustentável, numa forma bem abrangente. Nós aqui chegamos, inclusive, a desdobrar, no próprio Plano Diretor, um conjunto de elementos que seriam diretrizes para a política do trabalho, diretrizes para a política de transporte urbano, cultura e assim vai. Acontece que isso fica como penduricalho do Plano, ou seja, fica como uma perfumaria do Plano. Efetivamente acabamos tendo uma dimensão muito mais físico-territorial e de legislação sobre a Cidade do que pensar a Cidade enquanto direito à Cidade. Por exemplo as ZEIS. Eu moro no Andaraí, moro no Grajaú, região limítrofe com todas as favelas do complexo do Andaraí, nós temos desde a mudança no 6º Batalhão, e, diga-se de passagem, todas aquelas favelas já foram alvo de ações do Favela-Bairro, seja primeira ou segunda fase do Proap. Nós temos ações incisivas da Polícia Militar complicadíssimas do ponto de vista legal, de extrema violência. Essa semana houve uma ação no morro do Andaraí. Nós estamos falando de zonas de especial interesse social, apenas do ponto de vista físico-territorial isso não vai traduzir, efetivamente, em políticas urbanas mais democráticas do ponto de vista do direito ao uso, à Cidade.

Quanto às políticas de trabalho, nós tivemos aqui uma Mesa, na semana passada, com o novo Secretário Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro. Tivemos apenas um representante do segmento cultural para pensar a relação entre Cultura e Plano Diretor e um Plenário extremamente esvaziado e eu fiquei imaginando até que ponto nós não estamos, também, reproduzindo essa mesma dimensão e entendimento do Plano Diretor. Por exemplo, especificamente sobre as questões de política do trabalho, geração de trabalho e renda, hoje nós temos um problema que não é nosso particular, é um problema no Brasil, em torno dos moto-táxis. Eles estão na ilegalidade do transporte urbano. Há um conjunto de iniciativas, inclusive de legislação municipal que são barradas, seja em termos federal, seja em termos inclusive de Ministério Público, exatamente colocando a questão da ilegalidade da instância local legislar sobre especificamente esse tipo de transporte que ainda não tem um amparo legal na instância federal.

Acontece que quem conhece um pouco mais a questão dos moto-táxis do Rio de Janeiro sabe que ela é uma cena urbana típica, onde convergem a crise do trabalho urbano nas nossas cidades e um conjunto de outras questões que dizem respeito também ao nosso Plano Diretor.

Então, fico me perguntando como é que São Paulo, como é que Curitiba efetivamente conseguiram trabalhar com essas outras dimensões de política que deveriam nortear por 10 anos uma gestão municipal. Esta é uma questão onde coloco pelo menos um desafio nosso aqui, pois não tenho visto as pessoas colocarem essas questões para o debate.

A segunda questão é que tivemos uma metodologia que tentou conjugar a dimensão participativa do Orçamento Municipal com a questão do planejamento estratégico e isso gerou, a princípio, uma metodologia que ia para a instância sublocal das prefeituras, das subprefeituras, gerando algumas discussões em torno do orçamento participativo, em torno de algumas prioridades de alocação de recursos e políticas no Município.

Veja, eu conheço o projeto e o que redundou desse segundo planejamento estratégico da Cidade. Por exemplo, a forma como os bairros são pensados. Grajaú, Andaraí, Tijuca e Vila Isabel não são pensados como referência ao plano urbano. Quem já pegou toda a discussão interna do que vem sendo colocado no segundo planejamento estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro, nesse plano sublocal dos bairros, perde a dimensão efetiva da Cidade e aí são pensadas questões locais para o bairro do Grajaú em termos de desenvolvimento local, são pensadas questões locais para o bairro de Vila Isabel, enfim.

Daí acabamos chegando a uma dimensão de bairro micro dentro da Cidade e me pergunto em que momento esses elementos se articulam ao plano urbano, ao planejamento urbano?

Eu estou colocando isto porque sei que o Secretário Sirkis trouxe aqui uma proposta de aproveitamento da metodologia já iniciada inclusive dentro da Prefeitura, exatamente através dessas instâncias sublocais, aproveitando o que já teríamos como acervo criado de experiência e participação popular dentro dessas Subprefeituras. Eu acho extremamente reduzida essa noção

de participação popular. Tenho muitas preocupações quanto ao alcance dessa participação e ao tipo de relação que se pode ter extremamente residual dos bairros e das instâncias em termos de Subprefeitura, dos bairros ou micro-regiões no que diz respeito ao planejamento urbano da Cidade, para que não tenhamos, ao final, como São Paulo, não sei quantos entendimentos de várias propostas de Emendas, que vão, na verdade, tentar construir um mosaico em cima de algo que será difícil unificar, que são interesses extremamente particulares no olhar e no interesse da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Isabel.

Bem, a próxima inscrita é Maria Célia Abreu, da ONG Caa'tyba.

A SRA. MARIA CÉLIA ABREU - A palavra caa'tyba dá um certo probleminha até de fala por ser de origem tupi-guarani; ela significa floresta. Caa é mata fechada e tyba é muita. Mangarati-ba significa terra dos mangarais, Sepetiba terra dos sapês, ambas de origem tupi-guarani, também.

Como falamos muitas palavras em tupi-guarani, sem até saber o que estamos falando, deveríamos ter um dicionário em tupi-guarani, inclusive quero comprar um para entender melhor o que falamos.

Eu anotei certas coisas, pois cheguei atrasadíssima, mas como venho acompanhando os seminários, aqui a questão do Vereador que alguém citou, envolve mais a participação do Vereador na comunidade. Acho o exemplo de Paraná, de Curitiba, São Paulo - não sei. Eu acho que, realmente, os Vereadores deveriam botar o povinho dele, o pessoal do gabinete mais dentro das comunidades, bastante diferenciadas até. Por exemplo, o centrão de Ipanema nada tem a ver com a Rocinha, que é tão pertinho dali; o centrão de Santa Cruz é muito diferente do Cesarão e da Favela do Aço - que, na minha concepção - é a pior favela do Rio de Janeiro, até do Estado. Para quem não conhece, é na Baixada de Santa Cruz. Eu acho, realmente, que seria um trabalho bem mais proveitoso dos Vereadores e funcionaria como uma ponte diante do Executivo. O Executivo, por sua vez, também deveria cobrar mais o trabalho das administrações regionais e subprefeituras em relação às pequenas comunidades. Não é só a questão de obra e sei-lá-o-quê-mais que eles fazem, mas a questão de ver o que está acontecendo naqueles pequenos povoados e favelas transferidas. Seria um trabalho mais rendoso para a própria Prefeitura e para o Executivo... e o povo, é lógico!

A segunda questão que eu vejo no Rio de Janeiro é que eu acho que deveria ser feito um rezoneamento no Rio de Janeiro. Essas zonas, no Rio de Janeiro, Zona Sul, Norte, Centro, Oeste e não-sei-o-quê, isso já está bastante ultrapassado. O que tem a ver

a Barra da Tijuca, tão intensamente urbanizada, com o Guandu do Sena e o Mendanha, uma área bastante agrícola, verde, nada urbanizada? Então, é tudo Zona Oeste. Zona Oeste tem Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Bangu, Campo Grande, Realengo, Padre Miguel, e tal. E aí? É um complicador, isso. Isso não está ajudando mais, não. Isso foi dos anos setenta, e nós já estamos no terceiro milênio. Tem que rever esse negócio aí; está complicado. Isso foi até um geógrafo, professor da UFRJ, que falou uma vez, lá na Prefeitura. Por exemplo, na Zona Norte também acontece. Quando se fala em Zona Norte, se pensa em Tijuca, Grajaú, Vila Isabel. E Coelho Neto? Onde fica Coelho Neto? É complicado. Irajá? Irajá é a terra do Zeca Pagodinho. Ótimo! Maravilha! Ele já nem mora mais lá. Mas Coelho Neto, onde é Coelho Neto? Tem muita gente que não sabe onde é isso. Então, outra coisa que acho que deveria ser feito é um estudo sobre essa questão do zoneamento do Rio de Janeiro, para ajudar na questão administrativa desses bairros.

Outra questão que coloco, que eu já falei, acho, duas vezes aqui, é que, para fazer a aplicabilidade dos Planos Diretores de qualquer grande cidade, especialmente “monstrões” tipo São Paulo e Rio de Janeiro - não são gigantes, não, elas já viraram “monstrões” - tem de ser feito um trabalho em conjunto com o Ministério das Cidades, remeter ao Ministério das Cidades. Eu pergunto aqui: “Para que serve o Ministério das Cidades?” Tem que dar trabalho àquele pessoal lá, botar eles mais em campo, e ver o que está acontecendo com o Rio de Janeiro e com São Paulo. As pequenas cidades, sobre as quais tem um estudo da USP, que escutei em uma rádio - não sei se na Bandeirantes ou na Nacional -, falando sobre a questão do desenvolvimento brasileiro, da necessidade de se rever a questão do campo, o problema delas tem que ser remetido ao Ministério da Reforma Agrária. É a questão do desenvolvimento das pequenas cidades.

Eu acho que o problema das grandes cidades - monstrões Rio e São Pulo - teria um atenuante muito grande: ficaria só para cidades, para grandes resoluções, grandes conferências internacionais, visita turística, seminários nacionais, latino-americanos e internacionais, com os serviços que elas já prestam. Mas desenvolver as médias e, principalmente, rever as funções das pequenas cidades.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado.

O último inscrito é Frederico dos Santos. Depois, retorna para a Mesa.

O SR. FREDERICO DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Duas coisa que são sempre abordadas em todas as discussões a respeito do Plano Diretor da Cidade: a participação popular e a visão do nosso Plano Diretor ser muito estático. E há um recla-

mo de que ele se torne um instrumento mais dinâmico, que acompanhe mais a evolução da cidade. E a pergunta que tenho é bem específica. Não ouvi, em momento algum, menção à participação dos Conselhos Municipais, mais especificamente ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, nesse processo de revisão e de construção dos Planos Diretores. Queria saber se em Curitiba e em São Paulo houve isso, e qual o grau de participação do Conselho Municipal e o valor. Queria saber, também, o que agregou de positivo a participação do Conselho Municipal nesse caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Muito obrigado, Frederico. Agora, passo à Mesa. Começaremos pelo Alexandre.

O SR. ALEXANDRE PEDROZO – Bom vou embaralhar as questões aqui, não para confundir, mas para tentar dar uma fragmentada. Vou colocar algumas questões, também. Talvez eu não responda, mas coloque novas questões, o que é mais provável. Primeiro, queria fazer uma provocação quanto à questão da participação. A gente está falando que precisamos construir métodos. A gente tem muitas experiências. Não existe fórmula para participação, mas a gente tem que testar, exercitar. A gente vai errar, e vai reformular. E a gente não está realmente preparado para fazer democracia. A gente pode ver os espaços que se tem para esse exercício da democracia: teríamos que diminuir alguns degraus aqui, quebrar algumas mesas, fazer um círculo para ter, realmente, um diálogo onde o poder estivesse distribuído. E o poder não está distribuído. Então, a gente não faz democracia assim. Este é um discurso muito comum: “A gente chama e o pessoal não vem; tem horário certo, tem de exercitar o horário melhor, o espaço melhor para reunir, e tudo mais”. Isso é todo um exercício. A gente vai errar muito, antes de chegar nesse processo, e vai ter uma variedade de formas de reunião para se conseguir. A outra é que “o povo não está preparado para discutir”. Bom, quem mais sabe da produção do espaço na cidade, da produção irregular, por exemplo, é quem mora em ocupação irregular. Quem pode chegar aqui e contar a história de onde queria morar e onde está morando hoje pode, sim, discutir instrumentos de política urbana. E, daí, a gente coloca na mesa o instrumento, o que se pretende com ele, põe na mesa e vê quais os conflitos que soa colocados. A gente faz a discussão do solo criado para aumentar os recursos, para arrecadar mais dinheiro, para o Município, com o intuito de jogar esse dinheiro para a política habitacional. Bom, de um lado há o empresariado discutindo: “Olha, a gente gera bastante emprego com a construção civil. Então, o solo criado vai acabar com a geração de empregos”. Essa é uma fúria arrecadatória do Município. O outro lado vai falar: “Olha,

esse recurso seria bem interessante de a gente jogar para a política habitacional, já que a gente investe tão pouco nisso”. Então, é isso o que tem de ser colocado na mesa. Bom, há outra questão. Sempre lembro um livro de Lewis Carroll, “Alice no País das Maravilhas”. Alice pergunta ao gato, tendo dois caminhos para ela seguir, qual desses caminhos ela tomaria. E ele pergunta: “Você sabe para onde você quer ir?”. E ela diz: “Não”. E ele responde: “Então, qualquer caminho serve”. A idéia do planejamento é um pouco isso. Deve-se colocar um marco conceitual, uma idéia de cidade, com base em que direito será exercido, ou vai ser excluído, colocar no papel isso, colocar no discurso, colocar para o debate, e a partir daí, pensar o método; a partir daí, pensar o zoneamento e qualquer outro instrumento. Então, isso é para deixar bem claro que é mais importante o processo do que o Plano em si, do que o documento. A idéia, a finalidade não é o Plano escrito, mas o processo. E, daí, queria fazer uma provocação, também, porque o prazo colocado pelo Estatuto é 2006, mas é o prazo de se ter o Plano Diretor, e, se a gente entende que Plano Diretor é processo, não é Lei, então, a gente tem de ter o processo e não a lei. Então, não adianta a gente correr para não ter nada, no final. Não adiantou a gente acelerar todo o processo de discussão e colocar um Plano em votação, em Curitiba, em 2004, pois continuamos não tendo nada na mão enquanto não se regulamentarem os artigos. Então, acho que são alguns pontos de provocação. Uma questão específica: a Zona Especial de Interesse Social. Em Curitiba já se utilizavam instrumentos para garantir algumas terras, como o Banco de Terra. Isso era no passado, quando existia dinheiro para isso. Foram garantidos alguns espaços na cidade para a política habitacional e, na seqüência, um instrumento parecido, que tinha essa figura de interesse especial para mudar os parâmetros, e geralmente eram áreas onde ia-se produzir habitação e se fazia sob novos parâmetros. Não foram utilizados instrumentos Zeis para áreas ocupadas e para regulamentar; não foi pensado dessa forma. Como está isso no Plano Diretor? A política habitacional de interesse social vai ser regulamentada por Leis específicas, é parte de um Plano específico a ser elaborado no prazo de três anos que não foi debatido. Acha-se que o papel, o processo interessante era como uma conferência de habitação do Município para ter esse marco conceitual sobre onde que é política habitacional e, aí, fazer o Plano. Porque é uma idéia de projeto. E, daí, entrar a discussão do ambiental e social na política habitacional, porque o que move as pessoas não é o trabalho, não é a moradia. A moradia, o pessoal mora onde dá, o pessoal vai atrás do trabalho para se manter e vai morar aonde dá. E onde está sobrando, na cidade, para morar? É fundo de vale, bosque, é lá onde a gente vai morar, ou em morro, é o que se tem para morar. Então, se vocês não constroem as oportunidades de moradia, num espaço formal, o pessoal vai ocupar, vai para área de fundo de vale que está reservada para esse

mercado, e esse mercado já não está tão barato assim. Eu não sei como estão os preços de ocupação irregular aqui, mais, em Curitiba são muitos similares os preços formais nas áreas periféricas, até porque a qualidade do espaço é a mesma. A diferença, é que são áreas que, pela lei, estão reservadas à preservação, então, não é tão preservada por lei. As demais políticas, e a idéia de que o Plano se confunde muito com a questão de leis e uso do solo, isso reforça a questão físico territorial. Acho que se a gente conseguir reforçar a questão físico e territorial já é um avanço porque é diferente de pensar só questão física porque o território trata de poder no espaço, trata de relações de conflito de interesse e se a gente chegar nisso, já é um avanço. E daí as outras questões podem vir juntas com o mesmo peso, porque se eu discuto geração de trabalho, com solo criado, eu estou intervindo no mercado de construção ou estou propondo esse dinheiro para habitação, eu estou (consentindo) trabalho também. Como aconteceu isso em Curitiba? Foi para lei específica, Plano de Desenvolvimento Social, Plano de Desenvolvimento Econômico para ser feito em três anos. Nas diretrizes gerais aparece tudo isso, é sustentável, Direito ao trabalho, agora na prática: o que você vai incentivar? Para onde vai o Orçamento da Prefeitura? Que lei vai ser criada? A gente não tem, e está para ser elaborado. Esse grande guarda-chuva, que foi a lei 2004, colocou a necessidade de um Plano, mas, quem vai fazer esse Plano? Não sei, porque o conceito de desenvolvimento econômico, quem colocou foi a Federação de Indústria do Paraná que puxou o debate e colocou a sua posição do que seja desenvolvimento econômico. Difere da minha e difere de outro seguimento da sociedade e de outras pessoas em Curitiba; então, isso tem que ser colocado no papel. A questão dos conselhos, como não houve participação representativa das entidades não fui chamado ao conselho, também. O que teve foram Audiências Públicas, foram alguns representantes, conselhos poderiam participar e mandar *e-mail* para a Prefeitura se tivesse alguma dúvida, não teve. É uma discussão bastante importante para o processo de participação, porque até depois de 1988 a gente teve essa pulverização de conselhos, que é um problema, porque temos a política de desenvolvimento fragmentada no município, pulverizada. Tem cidades pequenas com 17 e 18 conselhos e os conselheiros são os mesmos. Como é que a gente puxa o debate para integrar isso? Fazendo o conselho da cidade, um conselho de integração das políticas; então é um debate muito importante porque como é que você chama um conselho sem pulverizar? Existem propostas aí pelo país que criam conselho como representante de conselho, então você tem uma capilaridade, o Conselho de Saúde está dentro do Conselho da Cidade, Conselho de Educação está dentro do Conselho da Cidade e pode ser uma proposta, mas isso também não é fórmula, porque tem que conhecer um pouco de como está esse processo de Organização Social aqui, que eu não teria condição de comentar. Muito rápi-

das as informações, porque acho que é importante já que foram trabalhadas os dados, só para ilustrar e a gente até poder responder a pergunta da Vereadora aqui colocada, ilustrar um pouquinho esse processo de organização social, que não teria condições de comentar.

Bom, é isso.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Sr. Alexandre, passo agora para o Sr. Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI - Tem várias falas que tocaram na questão da participação, acho que é uma questão importantíssima, porque hoje está se falando, inclusive, em Plano Diretor Participativo. Eu não gosto muito desse termo, Plano Diretor Participativo, porque parece que existe Plano Diretor Participativo e existe Plano Diretor que, eventualmente, não seja participativo. Eu acho que, na verdade, se ele não conseguir ser respaldado num processo amplo de pactuação com a sociedade, ele não consegue ser implementado, essa é a questão. Nós não podemos mais trabalhar com a idéia de um Plano Diretor estático - alguém falou sobre isso aqui - ele é um projeto que tem autoria, que é uma coisa que antigamente se falava muito, fulano de tal fez o projeto, eu até falei aqui, o primeiro projeto do Plano Diretor do Rio de Janeiro foi feito pelo Agache; o plano de Belo Horizonte foi feito pelo Reis; o plano de Curitiba foi do Lerner com o Jorge Wilhelm, quer dizer que a idéia de que há um autor de Plano Diretor. Tenho falado muito isso, as pessoas falam que eu fui o relator, que eu fiz o Plano Diretor e eu não fiz o Plano Diretor, muito pelo contrário, as minhas idéias podem estar parcialmente presentes, eu fui muito mais um coordenador de um processo onde havia um amplo conjunto de agentes que participaram do Plano e ele é o resultado disso tudo.

Então, eu entendo que Plano Diretor tem que ser um pacto que é feito pela sociedade e que vai expressar de alguma maneira a presença que esses vários segmentos da sociedade conseguem ter dentro de um processo aberto, aliás, a gestão pública deve ser um processo aberto. É por isso que eu entendo que Plano Diretor é um dos instrumentos de gestão, de planejamento, mas de gestão da cidade e a gestão sim, tem que ser participativa e tem que ter canais de participação, o que é muito complicado, sobretudo quando nós estamos falando de alguma coisa como Plano Diretor, vamos simplificar essa questão, senão fica parecendo que é uma questão de vontade, se quer ter vontade de garantir a participação, não é só uma questão de vontade, acho que é uma questão complexa de construção de instrumentos, de formação e de escalas, quer dizer, uma cidade como S. Paulo e Rio de Janeiro o que é participação com dez milhões, S. Paulo são onze milhões de pessoas, na região metropolitana são onze milhões de pessoas. Como construir esses canais, lembrando que nós estamos fa-

lando de uma questão que é participação que envolve, quando as pessoas participam, as pessoas, vamos dizer assim, o cidadão de uma maneira geral, eles olham muito para o curto prazo e olham muito para o que está próximo. A gente vê isso com muita clareza quando vai numa assembléia para discutir Plano Diretor num bairro, porque as pessoas tem uma dificuldade grande de ver o todo e o longo prazo. O planejamento trabalha com o todo e trabalha com o longo prazo, as pessoas tem uma dificuldade de construir essa idéia que é um pouco abstrata. Então, nós temos que problematizar isso, para não dar barato o processo de participação, tem que construir. Então, tem que construir as escalas de planejamento, por exemplo, a participação do plano foi muito maior que a do Plano Diretor da Cidade, participação do cidadão, por quê? Porque estava tratando de uma coisa mais perto e nós, dos projetos dos planos regionais, na lei que foi aprovada, introduzimos um conceito de se instituir por lei, os bairros, em São Paulo não existe, não sei se aqui no Rio de Janeiro estão instituindo os bairros que é uma subdivisão da subprefeitura, a subprefeitura em São Paulo, embora tenha 131, elas reúnem entre 250 e 500 mil habitantes, muito mais do que os bairros, é uma unidade enorme, é uma cidade média no Brasil.

Então, instituiu os bairros e instituiu uma outra dimensão que é o plano de bairro, assim como foi instituído o plano de ZEIS, instituído, inclusive, o Conselho das ZEIS, que é formado paritariamente pela população e pelo Poder Público, para discutir o plano de urbanização de uma área, que é de um loteamento, de uma favela. Então, se está numa outra escala. Nós temos participação em várias escalas.

E quando estamos falando em Plano Diretor, estamos falando em escala da cidade, temos que construir determinados espaços e determinadas arenas, onde possa existir a participação, de alguma maneira, organizada da sociedade. Porque pensar fazer uma discussão do Plano Diretor, de maneira geral, para a população, é muito difícil.

De qualquer maneira, me perguntaram aqui, por exemplo, sobre a questão de descentralização. Nós fizemos Audiências Públicas descentralizadas pelas subprefeituras. Mas mesmo assim, quer dizer, você está trabalhando sempre com uma quantidade pequena de pessoas. Nós fizemos a maior Audiência Pública da história da Câmara Municipal de São Paulo para discutir os Planos Regionais. Ela durou quase 10 horas, havia 700 pessoas e 100 pessoas se inscreveram para falar, mais ou menos, e falaram.

Então, foi a maior e a última Audiência Pública depois dos Planos Regionais e não-sei-o-quê. Agora, mesmo assim, é muito pouco, se formos pensar na dimensão da cidade. É claro que as pessoas eram representativas de bairros; mas em Audiências Públicas, qualquer cidadão pode falar, e falava. Houve um momento crucial da assembléia, quando o professor de Urbanismo,

Cândido Malta, que representava a defesa de São Paulo, Malta Campos Filho – os arquitetos devem conhecer –, que foi Secretário de Planejamento, foi lá e queria falar meia hora. E começou a falar e falou. Como eu estava presidindo, eu disse: “Olha, não pode”. E algumas pessoas cederam o tempo para ele. Numa certa hora, ele falou assim: “Eu sou contra essa história de que qualquer cidadão pode vir aqui falar, porque o cara está representando ele mesmo. Porque uma coisa sou eu que estou representando uma entidade ou que tenho conhecimento profundo sobre o assunto, e as pessoas vêm aqui defender o zoneamento para do seu bairro, da sua rua, etc.”

Então, quer dizer, esse conceito do que é uma Audiência Pública, quem pode falar, como fala não é uma coisa tão consolidada. Eu tive que interrompê-lo: “Desculpe-me, mas a sua participação foi uma conquista enorme da sociedade”. Bom, aí a coisa foi longe, nessa discussão, nesse dia, que foi a última depois de vinte e tantas Audiências, isso no regional. Então, essa questão da participação não é uma coisa simples de se trabalhar. Eu acho que estamos construindo o fórum.

O Conselho, em tese, seria uma forma de se dar representação para a sociedade. Então, o Plano Diretor criou o Conselho Municipal de Política Urbana, com 48 membros, com uma representação paritária, que tem representação regional, tem representação dos setores da sociedade, do governo em nível regional, então é uma composição ampla, e que deveria funcionar com uma instância de representação da sociedade.

Eu acho que ela não funcionou bem, por exemplo, na discussão dos Planos Regionais, quando já estava constituído. Por exemplo, chegou o projeto de lei no Conselho, e a discussão ali foi muito pobre. Primeiro, porque os Conselheiros não tiveram tempo para ler o projeto, porque tinha 1.500 páginas, está certo? Então, começa por aí, essa complexidade das leis. Mas foi criado o Conselho. Eu acho que ele está funcionando, mas, muito precariamente em relação àquilo que se gostaria que funcionasse.

Agora, vejam que em outros Conselhos estão acontecendo coisas complicadas, ou seja, têm se reproduzido, em Conselhos, os vícios das Câmaras, pelo menos em alguns lugares do país. São duas coisas: o Executivo vai lá e domina o Conselho, o que é muito comum. Em outros casos, têm acontecido negociações com os membros dos Conselhos. Então, por exemplo, tem o Conselho de Habitação onde o Secretário chama os conselheiros e fazem algumas negociações por trás para eles apoiarem todas as propostas que o governo manda para o Conselho. Eu, na verdade, isso reproduz o tipo que o Executivo tem com os Legislativos, no âmbito do Conselho, isso, quando os Conselhos foram pensados e criados como uma instância de participação da sociedade, a idéia era uma participação direta, só que, de repente, aquilo que seria uma participação direta da sociedade começa a tomar o mesmo caráter de negociação que existe com os Legisla-

tivos, o que acaba significando, na verdade, a perda desse caráter.

Então, acho que têm questões que a gente teria que aprofundar mais a participação, agora, também, temos que dar um certo tempo para os processos. Nós temos 10 anos, 15 anos, no máximo, de processos participativos, nessa Área de Planejamento até menos do que isso, então, há um exercício da sociedade em participar que acho que ainda pode ser crescente, e, para isso, deve ter informação.

Eu tenho trabalhado muito, discutido muito porque não existe participação sem informação, quer dizer, não dá para a gente achar que a população vai participar, se ela não tem uma mínima condição de participação e eu investi muito no meu mandato na questão de informação porque, por exemplo, a Rosane que perguntou sobre outorga onerosa.

(Alguém fala fora do microfone)

Claro (alguém fala fora do microfone). Acho que isso é importante, quer dizer, poder ter esses conceitos todos absorvidos pelas lideranças e movimentos para que elas possam atuar pela sociedade em geral. Nas lideranças e movimentos de habitação, por exemplo, têm um papel absolutamente fundamental nesse processo porque mexe com a terra, nós estamos falando no Plano Diretor, estamos falando em regulação da terra. Existem instrumentos para isso, nós precisamos trabalhar na formação de amplos segmentos da sociedade para que possa haver.

Por exemplo, nos bairros de classe média, hoje, eu sei que tem, depois de 20 anos dessas questões serem levantadas, de zoneamento, se tem lá, hoje, uma gama significativa de pessoas que trabalham nessas associações de classe média, que conseguem falar o que são as várias zonas da cidade, discutir, fazer propostas, etc. Foram vários e vários anos de processo de discussão de zoneamento, agora, nós temos que aprofundar esse processo de formação para que as pessoas possam participar, efetivamente, porque, tradicionalmente, quem participou disso? O mercado imobiliário, ele entende do assunto e, até por uma razão profissional, os profissionais, os arquitetos e engenheiros de alguma maneira participam e conhecem; agora, pegar o conjunto da população, há uma grande dificuldade.

Então, nós temos que investir em formação para que possa existir um processo de participação efetivo da sociedade, sabendo que esses atores são atores fundamentais na pactuação de um Plano Diretor ou de uma instrumentação urbanística que deve ser feita. Eu quero chamar a atenção para que o Marquinhos colocou, porque eu acho que são questões fundamentais, porque aprovar o Plano Diretor e ficar no papel é a tradição no país. Essa é a tradição no país: fazer um Plano Diretor que não serve para nada, fica só na carta de intenções, grandes diretrizes. Então, o

nosso grande desafio, agora, é fazer, em primeiro lugar, um Plano Diretor que possa ser auto-aplicável.

Segundo lugar, que ele tenha, que ele sinalize um processo de planejamento que empenha prazos porque, vejam, está no Plano Diretor que pode ser cobrado. A Prefeitura de São Paulo levou uma ação civil pública porque não apresentou em oito meses o Plano Diretor, porque estava na Lei do Plano Diretor. Até me cobraram, “você colocou esse negócio aqui”. Fui eu mesmo que coloquei porque, se você não coloca parece que não precisa fazer. Se você não colocar no Plano Diretor os prazos para as coisas acontecerem, muito provavelmente elas tendem a não acontecer.

A questão da continuidade administrativa e do processo. O Estatuto da Cidade diz que o PPA e os Orçamentos-Programas devem seguir as diretrizes do Plano Diretor. Então, faz parte do Legislativo fiscalizar isso e acompanhar isso, embora a gente saiba que muitas vezes é o próprio Legislativo que não leva adiante, que faz, por exemplo, emenda no Orçamento que não se relaciona com o planejamento de médio e longo prazo. Mas nós devemos cobrar os objetivos do Plano Diretor, se anualmente não for realizado aquilo que estiver previsto no Plano Diretor como intervenções necessárias.

Então, quando se fala de continuidade administrativa – muda o Governo e, aí, depois se esquece – nós temos que entender que o Plano Diretor é um instrumento de longo prazo; é por isso que ele tem que ser pactuado pela sociedade como um todo, ele tem que ser obedecido pelos governos. É claro que ele não pode ser estático e é por isso que se prevê em as revisões. Eu tenho sempre dito o seguinte: o Plano Diretor não pode ser longo demais, que ele não consiga cumprir um cenário com o mínimo de razoabilidade, em que possa se alcançar aqueles objetivos; ele não pode ser tão curto, que ele não consiga ser abrangente, ter o mínimo de ousadia nas suas metas, nos seus horizontes. Então, nós precisamos definir os prazos de revisão para evitar que ele seja estático e não consiga cumprir o seu papel, que é o papel, ao mesmo tempo, de planejamento, mas também um planejamento que se articula com a gestão e que, portanto, não pode ser estratosférico. E muitas vezes em 10 anos, em 12 anos, que é o PPA e o Plano Diretor, as condições se modificam e, portanto, é necessário que haja revisão.

Tem uma questão que é mais específica, que foi trazida pelo representante do IAB, que é o conflito da questão social, da questão da habitação com a questão de proteção ambiental. É uma questão, realmente, bastante complicada. E o Plano Diretor de São Paulo tenta compatibilizar, na medida do possível. E aí eu vejo, no Plano Diretor, que até é relativamente fácil compatibilizar, ou relativamente fácil em termos; dizer que 1 milhão de pessoas, que moram em região de manancial, não vão ser removidas, porque é inviável achar que nós vamos produzir habitação

para 1 milhão de pessoas fora da região de mananciais e que, portanto, deve fazer uma urbanização que leve em conta questões ambientais, que deve conter o adensamento dessas áreas. Quer dizer, então nós criamos uma macroárea dentro da macrozona da produção ambiental, que era exatamente a macroárea onde não havia mais possibilidade de reversão, mas onde a urbanização seria feita, levando em conta as questões ambientais; enquanto que, nas outras macroáreas da macrozona de proteção ambiental – a macrozona é maior e a macroárea é menor, é uma parte disso; nessa cartilha aí, que alguns têm, isso está explicado bem – nas outras você não tolera a questão ambiental.

Agora, isso é fácil dizer. Difícil, por exemplo, é a política setorial que, em tese, deve estar articulada ao Plano Diretor, levar em conta essas diretrizes e o próprio Governo. Digo o próprio Governo, porque aí vêm as outras injunções de ordem política. Então, eu tenho um bairro muito populoso na Zona Sul de São Paulo, que é em Área de Proteção Ambiental; se a gente quisesse, de fato, evitar que houvesse um adensamento daquele bairro, uma maneira de fazer é não facilitar o acesso. Então, é uma região que tem dificuldade de acesso e, portanto, uma maneira de evitar o adensamento é conter, não fazer duplicação da ponte, é não melhorar as condições, não fazer um corredor de ônibus, um passa-rápido em São Paulo, que faz parte da política de transporte. Só que ali é uma região que tem uma influência política muito grande. Então, é complicado, você tem 1 milhão de pessoas que precisam de deslocar.

Então, a política de transporte acaba, de certa forma, contrariando esse objetivo geral de Plano Diretor. Deveria-se facilitar o acesso e, evidentemente, ao se facilitar o acesso, gera-se um estímulo ao processo de ocupação e de adensamento. Por isso, eu falei o tempo todo que a articulação da política setorial com o Plano Diretor é um dos maiores desafios de implementação do Plano Diretor. E aí vamos ter outros tipos de raciocínios setoriais. Por exemplo, a questão da habitação. A habitação na área central é um objetivo estratégico para a cidade, para reduzir a necessidade de deslocamento centro-periferia. São Paulo perdeu 250 mil habitantes moradores nos 10 distritos centrais da cidade. E perdeu população em 55 distritos, dos 96. Você já perde população nas áreas que estão próximas do emprego e ganha população na área de mananciais, na extrema periferia e nos municípios da Região Metropolitana, o que é o mesmo fenômeno de Curitiba.

Então, é estratégica a produção de habitação na área central. Só que os órgãos de habitação, na hora de fazer a continha, só fazem a conta do preço da terra. Não fazem conta do que significa levar infra-estrutura, levar transporte, subsídios ao sistema de transporte e todo o tempo gasto pela população que mora nesses lugares. O tempo e o custo – e o custo do transporte é significativo. Então, a lógica é setorial. O Secretário de Habitação está

preocupado, muitas vezes – porque é difícil ter um Secretário de Habitação com uma visão mais estratégica – com quantas unidades ele vai produzir. Para ele, produzir 20 mil unidades é melhor do que produzir 15, mesmo que sejam na extrema periferia da cidade. É uma lógica setorial que desconsidera a questão estratégica.

Então, esses são os problemas que vivemos na questão de implementar um processo de planejamento que dê efetividade, porque as políticas começam a escapar pelos dedos. É um pouco isso. E aí você não consegue alcançar os resultados que se pretendem no prazo. Vou ficar por aqui e queria finalizar agradecendo o convite. É um prazer estar aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Realmente, vocês têm uma vantagem enorme sobre São Paulo, porque, no prédio da Câmara, o Plenário tem uma qualidade que dá mais prazer de vir aqui do que estar na Câmara de São Paulo.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Vamos passar as considerações para os Vereadores e aí encerramos, fazendo os agradecimentos devidos aos palestrantes e às suas belíssimas palestras.

Com a palavra, a Vereadora Aspásia Camargo.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO - Queria agradecer aqui o privilégio de ter dois estados tão amadurecidos no desenvolvimento do Plano Diretor para nos dar algumas luzes. Inclusive alguma luzes vieram daí já para o Rio direto. A primeira coisa que me impressionou foi que o Alexandre mencionou explicitamente a questão do desenvolvimento como um valor a ser absorvido pelo Plano Diretor. É lógico que há várias visões, várias versões para o que é o desenvolvimento, mas me pareceu extremamente importante, inclusive porque em algum momento se lembrou que o Rio de Janeiro é uma cidade muito importante, é uma cidade internacional. Acho que isso precisa estar muito claro na hora de construir o Plano Diretor da Cidade, porque nós precisamos dessa infra-estrutura, nós precisamos desses instrumentos. E até agradeço também porque foi lembrada aqui, pela experiência de Curitiba, a importância da dimensão fiscal, que é coisa que ninguém discute aqui e que é fundamental. Esta Cidade está com ICMS de 20%. Então, as empresas estão saindo a cada dia, estão indo embora da Cidade e ninguém se toca, porque não é uma dimensão relevante da nossa cultura e da nossa visão o desenvolvimento. Então, agradeço muito por essa contribuição.

A outra questão que me pareceu essencial e fundamental é, realmente, essa que inclusive o Nabil bateu mais uma vez na tecla.

É a visão de que o Plano Diretor não é um instrumento puramente jurídico-formal. Portanto, ele tem que sair dessa prisão do formalismo jurídico para poder não ficar apenas no papel. Porque, quando ele é do formalismo jurídico, ele morre no papel. É preciso que ele seja vivo. É o que entendi. Inclusive agradeço muito os exemplos numerosos, gostaria de ter mais exemplo e agradeço também a sua generosidade em mencionar em detalhes a experiência em São Paulo. O que eu vi aqui é a idéia de que o espaço só pode ser organizado se é um espaço de poder, isso foi dito claramente, se houver estratégias, se houver macrovisões. Não podemos prescindir disso. Essa macrovisão tem muito a ver com o resultado que nós queremos conseguir. Pareceu-me impressionante isso. Inclusive eu até peço esclarecimento, porque a gente às vezes tem um pouco de preconceito contra a outorga onerosa. Os elementos, os exemplos foram tão ricos que ficou claro que a outorga onerosa é importantíssima quando ela está a serviço de um objetivo muito claro, atingir no seu rebatimento espacial. Às vezes a gente tem a impressão que a outorga onerosa é uma caixa que a Prefeitura precisa fazer, e que ninguém sabe muito bem para onde aquele dinheiro vai. Então, eu não sei se vocês concordariam, mas talvez uma das coisas necessárias fosse saber se quando a gente produz um recurso pela outorga onerosa, isso deve ir para um fundo com objetivos claramente definidos para não virar esperteza de arrecadação para fins que nós não conhecemos. Eu não sei se vocês concordariam com isso. Mas há essa dúvida aqui no nosso caso.

Agradeço muito a coragem da discussão sobre a participação em várias dimensões, porque nós não podemos também transformar a participação numa espécie de um mito; é uma coisa muito concreta, a democracia depende muito dela. Mas eu registrei aqui o problema da escala, que é real e que, portanto, temos que cuidar para não ser demagogia, achar que vai todo mundo participar e não vai, que nós precisamos saber como fazer essa participação mais pertinente e mais abrangente, mas nós vamos ter essa limitação.

O problema da qualidade, que o Nabil lembrou claramente, o abstrato e o concreto. As pessoas estão mergulhadas no drama do concreto, até toda a população hoje está. Por exemplo, muita gente tem problema porque não sabe se saindo de casa, volta, pela segurança. Então, são problemas concretos. Como é que nós podemos fazer conviver o concreto com o abstrato? Isso é um ponto fundamental. A fragmentação dos conselhos. Por exemplo, eu acho que nessa visão da macro-estratégica, são muito importantes o Plano Estratégico e a Agenda 21. Mas nós também precisamos que a participação tenha estratégias. Então, se os conselhos são 16 pessoas, que às vezes se repetem os mesmos (isso é um problema hoje que não é um problema do Rio nem de São Paulo, é um problema nacional), nós precisamos ter a coragem

de dar um passo adiante no sentido de ambientar as pessoas, de capacitar, criar a estrutura de aprendizado para que as pessoas lidem com questões mais amplas. Foi lembrado em Berlim, na conferência de que eu participei essa semana, que raramente a população se interessa por educação, porque ela está preocupada com a rua. Como é que ela vai resolver o problema do buraco da rua, da limpeza da rua, etc. Então, isso é uma coisa que a gente precisa realmente enfrentar. E gostei muito da idéia do pacto, porque pacto é a democracia rousseauiana. E isso é comunidade. Como é que nós vamos fazer um pacto que vá muito além do bairro, com pessoas que estão vivendo o cotidiano como sua prioridade? Então, me parece que é muito importante isso. E eu faria uma advertência que ninguém quer levantar, mas eu faço questão de levantar, que é o seguinte, nós temos que separar participação, quer dizer, melhorar esses mecanismos do governança pela participação, mas separar participação da manipulação política. Porque cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo são cidades que desde as suas origens têm um viés populista. E o populismo mistura a manipulação política com a participação. E isso atrapalha. É isso que cria (Letícia não está mais aqui) a descontinuidade das políticas. Porque na medida em que nós ficamos reféns dos interesses partidários, dos grupos políticos organizados e das eleições, nós não conseguimos criar o consenso. Então, é um esforço sobre-humano usar esse mecanismo de estratégia, esses mecanismos de Agenda 21, para ir além. O que eu estou chamando aqui, até segunda ordem, de meta política. Nós precisamos ter uma meta política. E a meta política, eu acho que é o objetivo de longo prazo. Como nossas cidades – inclusive cito Curitiba, que é um exemplo, é um modelo de equilíbrio – podem resistir a essa pressão devastadora das migrações, que vêm, justamente, em busca da cidade que tem qualidade de vida, da cidade que tem o que oferecer, que tem atratividade? Então, é quase um paradoxo, pois o que queremos com o Plano Diretor? Fazer cidades melhores. Quando a cidade fica melhor, ela é absolutamente engolida, tragada por todas as pessoas do país que não têm onde viver, que não têm uma perspectiva de vida, e que vêm, justamente, procurando o melhor. E aí, a cidade é tragada por esse processo. Eu pergunto a você se nós temos outra solução, senão estabelecer claramente responsabilidades federais, no plano federativo, porque, na verdade, é um problema federativo. Quanto mais o interior da Ceará está ruim, mais os ônibus que vão lá, dos transportes que vêm para Rio das Pedras, aumentam. É isso. Nós vimos agora os jornais todos denunciando: todo mês sai um ônibus do interior do Ceará e vem para Rio das Pedras. Por que isso? Porque o interior do Ceará não deve estar bem. Agora, o que uma cidade como o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, podem fazer, que seja generoso mas que seja realista? Porque não vamos conseguir sobreviver se não houver outros mecanismos para equilibrar essa pressão. E, finalmente, eu que-

ria lembrar a governança, que é a questão da educação ambiental, que acho que não devia ser educação ambiental; devia ser uma educação para a cidadania. O ambiental, sozinho, pode muito pouco. Mas se ele estiver ligado a essa idéia da participação, da responsabilidade, do auto-governo, se estiver ligado com a responsabilidade civil, que nós perdemos, porque quanto mais o problema social se agrava, mais a idéia de que ninguém é responsável aumenta. E acho que não tem nada a ver. Temos que encarar as duas coisas. O problema da equidade, da solidariedade, e o problema da responsabilidade também. Volto a um exemplo, que para mim é uma vergonha, que é a Comlurb ter que passar 13 vezes no Centro da Cidade todos os dias. Quer dizer, não é possível que se possa viver, por melhor que seja o serviço do lixo, sem que as pessoas sejam minimamente responsáveis de não criar essa situação de completa e absoluta desgovernança.

Desculpem se fui um pouco longa, mas o impacto foi muito grande, muito positivo, de tudo que foi dito aqui. Eu pediria, apenas, aos dois expositores que restaram em nossos momentos finais, que tomassem com profundo agradecimento toda contribuição que deram para enriquecer o Plano Diretor, e que tenham a generosidade de acompanhar nosso trabalho, que vai ser muito árduo.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Vereadora Aspásia Camargo. Para encerrar, em nome da Comissão, faço meus agradecimentos aos palestrantes, Sr. Nabil Bonduki e Sr. Alexandre Pedrozo. Realmente, a contribuição foi efetiva, importantíssima e, com certeza, na mesma dimensão, irá contribuir para os nossos trabalhos para o Plano Diretor.

Muito obrigado e obrigado a todos os participantes.

Está encerrado o Seminário.

(Encerra-se o Seminário às treze horas e cinquenta e cinco minutos)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Maria de Fátima Tardim Costa, Ana Lucia N. Pragana (Caixa Arquiteta), Ana Paula Soares Carvalho (Imperj – Socióloga), Maria Magalhães (Fecomércio/RJ – Advogada), Mirian Caplonch P. Gonai (Arq. Urbanista – Autônoma), Márcia Frota (Dig/IPP), Cristina Barreto Silva (SMH/CPRO/CEST), Silvia Carvalho Barbosa (IPP/SMU), Diomar Silveir, Cláudio Rezende Ribeiro, Cláudio R. Rils, Ana Batista, José Antônio Pessoa de Araújo, Rafael O. Alves, Magno N. da Silva (Conselho Moradores Loteamento – CML/RJ), Valéria Barbalho (Sind. Dos Engenheiros), Ricardo Azevedo Gualberto (Fórum Popular), Marcos Azevedo (SARJ - Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas – Fórum Diretor), Angélica Ângelo (Música), José F. de Oliveira Filho (Associação Conjunto CCPL), Roberto Lira (Sinduscon-Rio), Wellington Eduardo M. de Oliveira, Laudimiro Cavalcanti (CRECI - Conselho Regional de Corretores Imóveis), Rosirene de Souza Carneiro, Simone Rolli (UFRJ/IPPUR), Luiz Motta (SMAC), Maria Luiza T. Tambellim (Fórum Popular Plano Diretor – Faculdade Serviço Social/UERJ), Priscila Chiappim Bastos, Josinete Maria Pinto (CEDAC).